

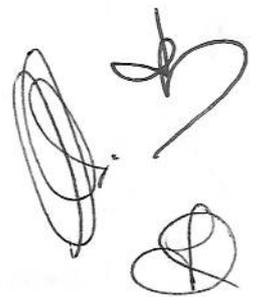


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 1/2021

Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2021



Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas 21 horas e 15 minutos, por videoconferência, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

24 Deputados Municipais do PS- Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luís Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição (2ª secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte, Iolanda Alexandra Viveiros Melo (em substituição de Maria José Botelho da Palma Bento Vasques), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Estiveram ausentes:-----

O **Deputado Independente**, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente o **Presidente da Assembleia Municipal**, que não iria participar na reunião.-----

Apresentou pedido de suspensão de mandato:-----

A **Deputada Municipal do PSD**, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, tendo a mesma sido substituída por Iolanda Viveiros Melo.-----

Tendo sido verificada pela **Mesa da Assembleia** a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à **Sessão**, com a seguinte **Ordem de trabalhos:-----**

-----Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Moções;-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



b)- Proposta 01/2021- Deliberação relativa à Prorrogação do prazo de vigência do estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira Nascente), no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 127-2021 e 1887-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- Proposta 02/2021- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Nascente de Quarteira (PPZLNQ), Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do disposto do n.º1 do artigo 90.º, conjugado com o n.º1 do artigo 119.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal n.º 196-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 03/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 34.000.000,00€, com o Banco BPI, nos termos definidos no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual, conjugado com a alínea f) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na versão atual [Proposta da Câmara Municipal n.º 216-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 04/2021- Deliberação relativa à Lista de Investimentos - Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 34.000,000,00€ (trinta e quatro milhões de euros), nos termos definidos no n.º 2 do artigo 51.ºç da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 215-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 05/2021- Deliberação relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 148-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 06/2021- Deliberação relativa a Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 177-2021] (plataforma smartgov.cm-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

loule.pt);-----

h)- Proposta 07/2021- Deliberação relativa à 2.ª Alteração ao Regulamento Municipal Loulé Solidário, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1687-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

* Por razões de segurança e saúde pública, devido à pandemia COVID19, esta Sessão não contará com a presença de público. Os pedidos de intervenção no Período do Público devem ser remetidos antecipadamente ao Presidente da Assembleia Municipal, até às 16h30 do dia 26 de fevereiro, por email para: aml@cm-loule.pt, por forma a que sejam apresentadas no referido ponto.-----

Esta Sessão será transmitida em direto, no dia 26 de Fevereiro de 2021, pelas 21 horas, no canal YouTube do Município de Loulé.-----

Foram iniciados os trabalhos-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1 - Intervenção do Público:-----

Foi dada a palavra ao cidadão **Armando Gonçalves** inquirindo querer saber como está o andamento da Circular Norte e Sul e se vamos ter a Circular pronta até ao fim do ano de 2021.-----

Em segundo lugar temos a pergunta da cidadã **Maria Helena Baião**, que refere pelo bem estar dos animais, embora o nosso sistema jurídico possa ser, sem dúvida, aperfeiçoado no que toca aos direitos dos animais já consagrados e a sua efetivação, o maior problema tem residido numa falta de capacidade do sistema administrativo, Direção Geral de Veterinária, autarquias e demais agentes fiscalizadores e da nossa sociedade como um todo de exercer fiscalização e sancionar com eficácia dos abusos e violações dos direitos dos animais que diariamente ocorrem. Para essa ineficácia concorre igualmente algum desinteresse que, apesar da crescente sensibilização de cada vez de um maior número de pessoas na nossa sociedade relativamente a esta questão, ainda é corrente encontrar entre muitas pessoas. O que assume especial gravidade quando estas pessoas ocupam lugares de responsabilidade onde poderiam ajudar e debelar a violência contra todos os animais. Infelizmente a mudança de mentalidades é por vezes demasiado lenta no reconhecimento e atribuição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

importância a esta matéria que, contudo, não teve, não pode ser minorizada e simplesmente adiada com base no pretexto de supostamente não constituir uma prioridade numa altura de crise sanitária, social e económica como a que atravessamos. Não podemos deixar de lembrar o papel que a educação formal no espaço da escola informal pode e deve desempenhar na formação das gerações futuras promovendo o contacto direto com os animais, o conhecimento, compreensão e respeito pelos animais. Parece-nos claro que na nossa sociedade, em regra geral, os diferentes agentes, associações, movimentos e individualidades que lutam na defesa e promoção dos direitos dos animais têm centrado mais a sua atenção na defesa dos animais de companhia. Pois é, mas no nosso concelho, em Loulé, existe um plano diabólico, inviabilizar unilateralmente o licenciamento da ARA - Animal Rescue Algarve, Associação de Proteção dos Animais, sita na Cabanita, freguesia de S. Sebastião, estrutura de recolhe, trata, cuida e promove a adoção responsável de cães e gatos no concelho de Loulé devido ao facto de a mesma se localizar em terreno predominantemente agrícola. A situação arrasta-se desde 2018 e o sobressalto é constante. Lá trabalham 40 pessoas direta ou indiretamente e só em 2020 mais de 400 animais foram individualmente realojados. A maioria dos mesmos em território nacional, mas também alguns no estrangeiro. Estes números são únicos e numa escala inigualável em Portugal. Mais recentemente, mesmo antes do virar do ano de 2020, o presente envenenado foi também enviado para Benafim Dog Shelter, como é de conhecimento público através de um *post* no Facebook que se tornou viral e atingiu rapidamente mais de novecentas visualizações e aqui se resume no seguinte parágrafo: "*It is the greatest sadness that we received devastating news yesterday, 28/12/2020, that Benafim Dog will no longer be able to run the dog shelter on land. In addition we received a fine of 600,00€, this is a decision made by Loulé Câmara based on a land being protect status.*" Se for um aterro, uma central de cimento, uma grande superfície ou até um centro de distribuição e logística alimentar ou uma fundação que construam ilegalmente edifícios no local do perímetro seja ele em terrenos REN ou RAN ou em terreno predominantemente rural ou em terrenos alheios abrem-se exceções em sede de PDM para obras já executadas ou facilita-se. Leva o seu tempo, mas não há problema. Em Loulé, se por um lado se tenta travar a construção dispersa em espaço rural, por outro continuam as obras em Reserva Ecológica Nacional. É o caso do aterro sanitário inaugurado em 1998, sobre a bacia hidrográfica do rio Guadiana em zona classificada de Reserva Ecológica Nacional, REN, que até hoje tem sido objeto de várias contestações por parte das populações locais e associações ambientalistas e cujas células se não encontram devidamente licenciadas. Assim, eu, Maria Helena Baião, venho em meu nome pessoal e como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

cidadã implicada na proteção, defesa e promoção da causa animal recomendar ao Executivo Socialista a promoção de iniciativas da Autarquia de acomodar a legislação existente, mas principalmente os mecanismos de controlo e fiscalização dos direitos dos animais, do bem-estar animal e do cumprimento das normas de segurança e higiene veterinária nos canis e gatis existentes como seja o Canil de São Francisco onde mais de 300 animais vivem sem cuidados especiais de saúde só tratando os que apresentam sintomas ao sol e à chuva. Apoiar a tomada de medidas de controlo populacional de animais errantes designadamente através de métodos contraceptivos e de esterilização promovidos por autarquias ou associações isoladamente ou preferencialmente em parceria. Exigir à Direção Geral de Veterinária que faça cumprir integralmente a legislação existente no que toca aos direitos dos animais e ao Governo no relatório anual sobre sanidade animal e fiscalização relativamente aos direitos dos animais e condições dos canis públicos. Disse um dia o Senhor Presidente da Câmara a propósito deste projeto "não temos nenhuma senha demolidora." Será que ao abrigo de regime de exceção de licenciamento, simples humanismo ou outros instrumentos de gestão territorial essas construções não podem e devem ser legalizadas em nome do superior interesse público como recomenda o Código do Procedimento Administrativo? Existe superior interesse público? Se não vejamos, desde que o terreno foi encontrado e adquirido em 2018 um capital de bem de mais de 2.000.000,00€ foi gasto. Um montante que continua a aumentar diariamente e que não saiu dos cofres da Câmara, fiel depositária do dinheiro dos munícipes. Recentemente, o abrigo na Cabanita foi instrumental no resgate de mais de 60 cães e gatos, sem aviso, originários de um abrigo em Tavira que foi forçado a fechar as suas portas e que não recebeu ajuda de mais nenhum abrigo, nem das autoridades municipais. Este episódio foi reportado pela RTP1. A ARA encoraja a consciencialização em torno do seu abrigo e em retorno deseja promover a imperiosa necessidade para a educação cívica acerca dos regulamentos e das leis respetivas do bem-estar animal em Portugal. Neste sentido, a ARA até já foi abordada pelo Agrupamento de Escolas de Almancil para assinar um protocolo de colaboração contribuindo para a educação e sensibilização para a causa animal em idade precoce. No âmbito da crescente atribuição de competências nesta matéria às Câmaras Municipais compete à mesma garantir o respeito pela dignidade da vida animal, traduzido na proibição de quaisquer atos de violência ou maus-tratos sobre os animais, o combate ao seu abandono e a promoção ativa da adoção em detrimento do abate, que sendo ilegal, tem sido praticado como recurso em diversos canis municipais portugueses. A ordem de demolição que impede sobre a ARA promove o inverso do que é exigido por lei. Uma espada de dois gumes que pode voltar o feitiço contra o feiticeiro. Uma vez que foi pedida a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



prorrogação por mais 28 meses a aprovação do PDM, importante instrumento de coesão e planificação do território potenciando a abertura de exceções de projetos de evidente interesse público, apelo a todos os partidos com assento nesta Assembleia Municipal de Loulé para se juntarem a nós na defesa destes animais porque a ARA já recolheu mais de 600 animais abandonados desde 2018.-

Em seguida foi lido o pedido da cidadã **Carla Faísca**, em carta dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de titular do Processo de Obras número tal, relativo da operação urbanística de obras de construção de moradia, piscina e muros de vedação a levar a efeito em Querença, União de Freguesias Querença/Tôr/Benafim, vem expor à Assembleia Municipal o seguinte: decidiu viver no local de nascimento, aldeia de Querença, aí constituiu família onde vive com o seu marido e duas filhas. No ano de 2019, a sua filha mais nova foi o único nascimento registado em Querença. O seu marido desloca-se diariamente para trabalhar em Faro. Participam ambos nas atividades culturais e recreativas da animação da freguesia, sendo o seu marido, inclusivamente, o Presidente da Casa do Povo. Vive numa habitação emprestada. Em 17/10/2019 requereu o licenciamento para a construção de moradia, piscina e muros de vedação num terreno adquirido. Dezasseis meses depois, quase um ano e meio, continuo sem receber qualquer informação da Câmara Municipal de Loulé acerca do licenciamento do seu processo, apesar dos esforços feitos pelas vias disponíveis várias vezes. Em fase do exposto, citar Vossa Excelência para apresentar o meu caso à Assembleia Municipal de Loulé e requerer que o processo de obras seja apreciado com urgência a fim de poder construir a habitação, apelando à Assembleia Municipal para ter em consideração o esforço que o seu agregado familiar está a fazer para viver em Querença e dinamizar a aldeia quando seria mais fácil viver no local de trabalho, em Faro, e contribuir para a desertificação do interior do concelho, tal como a maioria dos jovens tem feito, sendo inevitavelmente desolador verificar apoios financeiros, por parte Estado português, a pessoas que se queiram mudar para o interior a fim de combater a desertificação quando os que cá nasceram enfrentam dificuldades em se fixar. Não sendo esta a primeira vez que enfrenta esta dificuldade sendo que a empresa familiar que geria e trabalhava em sede em Querença foi vendida em 2017, mudando a sede para São Brás de Alportel por incapacidade de adaptação das instalações, empresa essa que tinha um projeto para a construção de uma fábrica com capacidade de gerar mais postos de trabalho no interior na qual se encontrava a depender a alteração do PDM acerca de 20 anos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

De seguida, foi lido o pedido do cidadão **Analídio Ponte** que vem por este meio, através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocar 2 questões à Câmara Municipal de Loulé.-----

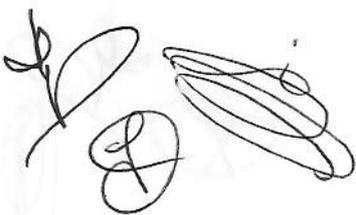
Primeiro, nestes tempos de confinamento nota-se um aumento de canídeos que passeiam nas nossas ruas, jardins e parques acompanhados pelos seus donos, se bem que existam ainda alguns casos que são simplesmente deixados sem acompanhamento. A Câmara Municipal de Loulé investiu, e bem, em dispensários de sacos de plástico para recolha de dejetos dos animais e distribuiu-os por várias zonas. Apesar disso continuamos a encontrar bastantes vezes fezes de cães que não são recolhidas pelos respetivos donos. Na página online da Câmara Municipal, não consegui visualizar se existe regulamento onde estejam estabelecidas coimas a quem não cumprir o dever de limpeza ou permita que os animais circulem na via pública não vigiados. Perante o acima exposto e por considerar uma situação atentatória de higiene urbana e de saúde pública, por exemplo, nos parques e jardins as crianças ao brincarem levam a mão à boca e poderão ser infetadas por parasitas, bactérias e vírus, para além do mau aspeto e o incómodo no caso de se pisar. Pergunto, o que está estipulado e o que pode ser feito para obstar a que situações destas continuem a ocorrer? Se tal regulamento existir a quem cabe a fiscalização e a eventual aplicação de coimas?-
A segunda questão, considerando os transtornos económicos causados a certas atividades sediadas no concelho de Loulé, sobretudo as que dependem do turismo, em consequência da pandemia SARS-CoV-2 pergunto: tem o Executivo da Câmara Municipal previsto criar algum fundo de apoio não reembolsável às sociedades comerciais, aos empresários em nome individual e aos profissionais liberais que tenham sofrido uma redução do volume de faturação ou não possam exercer de todo a sua atividade, à semelhança de outros municípios algarvios, nomeadamente o de Portimão e o de Albufeira?-----

De seguida foi lido o pedido do cidadão **Ricardo Serrão** que se dirige a Vossas Excelências em representação de um grupo de estafetas residentes e/ou a trabalhar nas diferentes freguesias do município que se sente prejudicado pelo recente acordo da Câmara Municipal via Loulé Local e as cooperativas de táxis locais para entregas de refeição ao domicílio. Faço o seguinte ponto prévio, não somos contra a iniciativa Loulé Local, que inclusive aplaudimos e que tem ajudado a dinamizar todo o comércio local. Permitem a inclusão digital de vários tipos de comércio e que facilita a informação a residentes e visitantes. Temos muito interesse em contribuir para o desenvolvimento da iniciativa Loulé Local que tem um enorme potencial a médio e longo prazo e que poderá usufruir de um serviço de entregas a longo prazo, pós-pandemia, que esteja devidamente estruturado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aberto a todo o setor de entregas e todo o tipo de comércio, não apenas a restauração. Todo o município e região tem baixa densidade e dispersão populacional e nem sempre conexão de transportes públicos, o que aumenta o interesse de clientes no serviço de entregas, especialmente todos aqueles que residem há pouco tempo na região ou que estão de visita ou que estão nos principais centros urbanos da região. Reforço que não queremos ser contra ninguém, mas somos forçados a mostrar o nosso descontentamento quando vemos uma iniciativa no nosso setor de trabalho que não nos inclui, a nós profissionais dessa mesma área, para a qual não fomos sequer contactados, nem nos foi dada a possibilidade de opinar. Ao invés, a Câmara Municipal optou por fazer um acordo direto com algumas cooperativas de táxi que também, apenas, representam uma parte do setor de transporte de passageiros do município. Assim, somos contra o referido acordo pelas seguintes razões: concorrência desleal, concorrência desleal ao setor de entregas e os seus profissionais que vêm entrada a novos entregadores sem experiência, nem licenças respetivas e com todas as despesas suportadas pela Câmara; regras de higiene e sanitárias, não respeito pelas regras de higiene e sanitárias, não uso da mala térmica, rendimento 50%, lucro 80%, muitos estafetas estão a registar quebras de rendimento na ordem dos 50%, janeiro e fevereiro de 2021, o que na prática corresponde a perda de lucro a rondar os 80%, pois uma parte da faturação é para cobrir despesas de combustível, aluguer de veículo e/ou seguros e manutenções. Despedimentos e *lay-off*. Alguns restaurantes tinham o seu próprio serviço de entregas estão a dispensar pessoal, *lay-off* ou despedimento para usarem entregas gratuitas do acordo. Entregas mais caras, valor de entrega 3 a 10 vezes superior ao valor habitual de mercado. Na plataforma Uber Eats, por exemplo, é cobrado 1,90€ a 3,90€, conforme a distância. No referido acordo são pagos valores entre 7€ e 35€ por entrega. Entregas longas, entregas a mais de 20 quilómetros de distância em que a comida chega fria ao cliente. Ambiente, o uso frequente de viaturas automóveis neste serviço é manifestamente desnecessária e provoca poluição extra. A título de exemplo, um motociclo gasta em média 2 ou 3 litros aos 100 quilómetros, enquanto veículos automóveis gastam no mínimo 6 litros no mesmo percurso. Para além de todos os transtornos a nível de estacionamento e circulação do trânsito. Evasão fiscal, tem-nos sido reportado que as referidas entidades não têm o CAE legalmente exigido e pagam IVA de 6%, transportes de passageiros, versus a taxa atual de 23% entregas pago no nosso caso. Falta de transparência, no sistema utilizado atualmente é utilizado o registo em papel quando existem várias plataformas e sistemas que fazem o registo eletrónico. Não utilização de recursos próprios. Lamentamos também que a Câmara Municipal de Loulé não tenha usado recursos próprios, pessoal e viaturas, e tenha optado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

por mais esta despesa extra numa fase de grande constrangimento financeiro local e nacional. E, acima de tudo, é criar uma total desregulação no mercado e total desrespeito por cidadãos residentes no município e que trabalham no setor de entregas, bem como, no nosso entender, o mau uso de dinheiro público. Assim propomos, a curto prazo, que sejam contactadas as plataformas de entregas a operar na região Uber Eats, Glovo, Comidas.pt, Gato Gordo, etc., que seja proposto operarem em condições semelhantes às vigentes no atual acordo Loulé Local. Restaurantes sem pagarem comissão ou comissão reduzida, clientes isentos de pagar taxa de entrega, despesas de entregas pagas pela Câmara. Acreditamos que a Câmara conseguirá negociar um custo por entrega muito inferior ao que paga atualmente com o acordo com os táxis. Que seja aberta a possibilidade de outros operadores de entregas, como os das entregas de encomendas, TVDE, etc., e estafetas motoristas a título individual que se possam inscrever caso o entendam fazer. Acordo a vigorar até ao final do estado de emergência nacional ou, porventura, prazo superior se houver restrições no município que justifiquem. Propomos também a médio, longo prazo que seja criado e estruturado um serviço de entregas que sirva todo o comércio registado no Loulé Local que permita o registo de qualquer operador profissional de entregas que exerça a sua atividade no nosso município ou que seja efetuado concurso público aberto a todos os operadores e plataformas para a adjudicação de serviço de entregas, com a ressalva, novamente, que o vencedor do referido concurso permita a inscrição de novos profissionais residentes no município. Qualquer que seja a opção escolhida, a mesma deverá suportar todos os custos operacionais por si só sem a necessidade frequente de financiamento camarário e ao menor valor possível. Ou seja, uma opção que permita um custo ao restaurante e taxa de entrega ao cliente a valores reduzidos mais sustentáveis e que pagam um valor justo aos profissionais da entrega. Estamos disponíveis para contribuir para a discussão e encontrar soluções que sejam benéficas tanto para os profissionais de entrega como para o nosso município e os seus residentes.-----

Antes de dar a palavra à Câmara Municipal, o **Presidente da Assembleia**, deu nota a duas questões. Relativamente a uma das questões colocadas, ela era de tal forma detalhada e pormenorizada que, hoje esta tarde, pediu aos serviços da Assembleia que distribuíssem antecipadamente essa questão aos senhores membros da Comissão Permanente e à Câmara Municipal para que, querendo, a Câmara Municipal responder também com algum detalhe. Foi recebido já ao fim da tarde a resposta que será depois encaminhada aos membros da Comissão Permanente e aos Senhores Deputados que o entendam solicitar é essa a questão colocada pela cidadã Carla Faísca.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A segunda questão é que para além destes pedidos houve mais duas pessoas que contactaram os serviços da Assembleia, mas não seguiram aquilo que está definido no Regimento que é devem identificar-se, identificar o tema e deixar um contacto. Relativamente a esses dois cidadãos, os serviços informaram que deveriam complementar os emails que tinham enviado, com essa informação. Esses mesmos cidadãos, provavelmente, não tiveram oportunidade de o fazer pelo que hoje não foram inseridos nos assuntos a colocar. Se o fizerem têm até à Sessão Extraordinária, com a reunião de 1 de março, essas questões serão colocadas nessa sessão.-----

Foi cedida a palavra ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que vão responder às questões aqui de uma forma dividida, eu vou primeiro pedir ao senhor Vereador Abílio Sousa que responda à questão do primeiro cidadão Armando Gonçalves e peço-lhe também que responda naquela parte que lhe couber à questão levantada pela cidadã Maria Baião relativamente à carta que mandou e que foi lida pela senhora Secretária Rosana Durão.-----

Foi cedida a palavra ao senhor **Vereador Abílio Sousa**, que respondeu à pergunta do cidadão Armando Gonçalves que colocou a questão em relação ao ponto de situação da Circular Norte e da Circular Sul. Começando pela Circular Sul devo informar que não existe qualquer tipo de desenvolvimento, de qualquer tipo de projeto, neste momento a ser concretizado na Câmara. Em relação à Circular Norte quero informar que o projeto está concluído, está revisto há algum tempo, foi dada a informação a esta Assembleia, contudo a identificação das parcelas e dos titulares proprietários tem sido muito difícil nesta fase que atravessamos de pandemia, derivado também à dificuldade que temos em aceder aos dados pessoais, derivado à proteção de dados. Quero dizer que a Circular para avançar está pendente apenas da identificação e da negociação com os proprietários e de um parecer que não é nada demais do ICNS que tem tardado a chegar à Câmara.-
Em relação à cidadã Helena Baião que colocou aqui umas questões com base numa reclamação que fez, queria dizer à cidadã que tanto este Executivo, como o Executivo anterior, iniciou um trabalho que tem vindo a ser cada vez mais a beneficiar e a criar o bem-estar do animal desde a criação do serviço de 24 horas para animais acidentados na via pública, com uma parceria e com um acordo que tem com o Hospital Veterinário de Loulé. Criou um regulamento do animal e aqui também respondo ao cidadão Analídio Ponte que também colocou uma questão em relação ao regulamento. Existe um regulamento é o Regulamento dos Direitos dos Animais do Município de Loulé e no artigo 68.º diz lá quem fiscaliza e quem faz o cumprimento da regulamentação existente. Ou seja, este



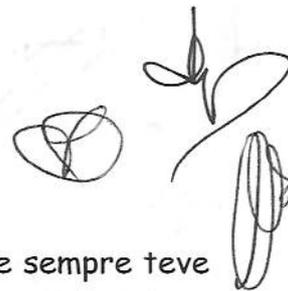
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Regulamento foi aprovado e foi publicado em 27 de outubro de 2015, que não existia, também já foi feito pelo anterior Executivo. No artigo 68.º, no número 1, diz "a fiscalização do cumprimento do presente Regulamento compete ao Médico Veterinário Municipal, à Fiscalização Municipal, à Direção Geral de Alimentação Veterinária, bem como às demais autoridades administrativas e policiais no âmbito das respetivas competências". Neste caso aqui autoridades policiais refere-se à GNR. Ele depois pode procurar e ficar com os esclarecimentos que bem entende. Continuando nos esclarecimentos em relação à cidadã Helena Baião queria dizer que para além deste regulamento e do Serviço 24, o Canil Municipal fez a aquisição de uma viatura nova que está devidamente equipada para a recolha dos animais errantes. Ao longo destes últimos anos, 2019 e 2020 realizou 429 esterilizações de cães e cadelas e realizou 455 esterilizações de gatos e gatas. Nesta parte dos gatos estão incluídas 66 colónias e estão em lista de espera cerca de 30 colónias. Não podemos também esquecer que temos tido algumas limitações derivado à fase que estamos a passar que tem a ver com o COVID, no entanto queria aqui dizer, que estamos a fazer com alguma motivação e a preparar o programa preliminar para a execução de um projeto de grande dimensão e com maior dignidade para o alojamento dos animais, já demos conhecimento na Assembleia anterior, que irá ser feito num terreno que foi adquirido muito recentemente. Quando é feita aqui uma abordagem, digamos assim um pouco que não compreendo como é que a cidadã Helena Baião de alguma forma vem aqui expor a situação e defender os canis que não estão devidamente legalizados e ao mesmo tempo faz aqui, digamos, não é um ataque, faz aqui quase que uma denúncia a um canil que está devidamente legalizado que é o Canil de São Francisco, um canil que no próximo dia 25 de junho irá comemorar e celebrar 40 anos que tem estado ao serviço do bem-estar animal e que tem feito uma parceria com todos os executivos que passaram nesta Câmara, tanto este, como o anterior, como os outros, do Doutor Seruca Emídio, e de alguma forma eu que tenho visitado o canil nunca testemunhei essa falta de abrigos ou de coberturas para o sol. Eu tenho assistido que eles têm os cães devidamente tratados, sei que tem uma veterinária que frequentemente dá apoio ao canil. Todos os esclarecimentos que tinha para prestar em relação à cidadã Helena Baião penso que já esclareci da minha parte que tem a ver com o canil. E do cidadão Analídio Ponte a parte que referiu do canil que tem a ver com o regulamento também da minha parte, está esclarecido.-----

Foi cedida a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que refere que ficou estupefacta com a linguagem utilizada pela cidadã Helena Baião quando refere um plano diabólico. Esta palavra ficou-me aqui na cabeça e eu aponte aqui. Plano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



diabólico contra a ARA. É tudo o que nós não temos. Da nossa parte sempre teve todo o acolhimento e, tal como o Vereador Abílio referiu, o bem-estar animal está no ADN deste Executivo e do Executivo anterior. Nunca se fez tanto pelo bem-estar animal como agora. E relativamente à situação de legalidade ou ilegalidade ou de possibilidade de abrir uma exceção para legalização do Canil da ARA, chamado Canil da Cabanita, que foi muito badalado na comunicação social e que foi interposto um processo pela ARA, pela Associação dos Abrigos dos Animais junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé a impugnar a decisão da Câmara, relativo ao despacho de demolição e não havendo, ainda, uma decisão final, mas acho que devo para elucidar todos os presentes ler o parecer emitido pelo Ministério Público relativamente à ação interposta pela ARA. E leio alguns pontos. "Com efeito, a obrigação do Município em zelar pelo interesse dos animais ou princípio da proporcionalidade invocado não são motivos justificativos para que se permita a violação da lei, caso em que qualquer pessoa poderia com fundamento em tais argumentos e também no direito à habitação, que é um direito superior ao direito do bem-estar animal, fazer obras nos respetivos terrenos em violação completa do ordenamento jurídico. Cumpre ainda ressaltar que não obstante o tempo decorrido nunca a autora, diga-se ARA, diligenciou para tentar legalizar a situação, conforme a mesma admitiu no artigo nove da sua petição. Ora, não estando a referida obra licenciada estamos perante uma obra ilegal. E perante a impossibilidade de vir a ser legalizada pode o município exigir a sua demolição sendo, portanto, legal o referido despacho, o qual tem que ser apreciado de acordo com a legislação vigente. Com efeito, a ordem de demolição adotada pelo réu enquadra-se nas suas atribuições legais em matéria de ordenamento do território e do urbanismo, conforme disposto no artigo 23.º, números 1 e 2 da lei 75/2013. Correspondendo a ordem de demolição a uma atuação vinculada face ao disposto no artigo 106 do RJUE o que face aos fundamentos expostos pela autora, ARA, emite-se um parecer no sentido da total improcedência da ação." Bem, a verdade não há decisão final, o Juiz ainda não proferiu decisão final sobre isto, mas este foi o parecer do Ministério Público, que a Câmara não se pronunciou, só remeteu o processo e reconheceu que a Câmara não podia ter tido outra atuação, porque tem atuado a sua atuação vinculada à lei, não poderia ter outra atuação que não a que teve. E mais refiro, como foi reiterado várias vezes durante o debate na altura, quando isto andou nas redes sociais e na comunicação social, que há um empenho muito grande deste Executivo para encontrar soluções para este tipo de casos. Mas estas soluções só podem ser encontradas em sede de alteração ou de revisão do quadro jurídico atual do ordenamento do território, ou seja, em sede de alteração ou revisão do PDM. É o que pretendemos é exatamente permitir que este tipo de equipamentos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ou seja, equipamentos que não fazem sentido estar em zonas urbanas centrais habitacionais, seja possível instalá-los em zonas rurais com as devidas precauções e cautelas ambientais em cumprimento de outras restrições que, eventualmente, existam no território. E, no fundo, esta é a nossa posição, este é o nosso compromisso, percebemos que há aqui um problema, o espaço ideal para instalar um canil não é um centro de uma cidade, nem um centro urbano, tem que estar distante, mas nós estamos, nesta situação, a tentar em sede de processo de revisão e/ou alteração do PDM encontrar uma solução para este problema. E relativamente às questões colocadas pela cidadã Helena Baião, eu ainda tenho uma coisa mais a referir também que é relativamente à nota que ela deu do processo de Benafim. O processo de Benafim não tem a ver com um processo de urbanismo, nem foi dada nenhuma ordem de demolição, nem nada. O que houve foi um processo de contraordenação, que a pessoa não respondeu, e que lhe foi aplicada a devida coima por realização de obras não licenciadas. Tendo-lhe sido dada ainda a oportunidade, que ainda não se concretizou, de tentar legalizar o espaço. Ainda não foi e isso ainda não chegou à Divisão do Urbanismo para ser analisado, tendo sido levantado o auto por realização de obras que não estavam licenciadas. Pareceu-me ouvir, que nós admitimos exclusões para tudo e mais alguma coisa, só não admitimos para o canil. Não é verdade, as exclusões e as exceções são exatamente as previstas na lei e têm o seu enquadramento jurídico. A Câmara não tem a capacidade de inventar exceções onde elas não existem, sob pena de estar a cometer uma grande ilegalidade. Relativamente aquela questão que foi lida pela 1.ª Secretária Rosana Durão colocada pela cidadã Carla Faísca sobre um processo que decorria aqui há muito tempo e que não tinha qualquer resposta da parte da Câmara, os serviços da Câmara informaram já e é essa a informação que os Senhores Deputados irão receber que a requerente, esta senhora, foi notificada via e-mail, para o seu e-mail pessoal, para a qual remeteu esta queixa, esta reclamação à Assembleia Municipal em 14/12/2020, um ofício um despacho proferido por mim a 9/12/2020 de intenção de indeferimento, conferindo-lhe 30 dias para se pronunciar nos termos que entender convenientes. O que não fez. Não se pronunciou, nem disse nada. Mas esta senhora já tem uma resposta e essa resposta é no sentido desde 14/12/2020 tem uma resposta, não quer dizer que esta resposta tenha sido em tempo que agrada a estes serviços, nem ao Executivo que preside a estes serviços, mas a reclamação não tem sentido, uma vez que a senhora já foi notificada do despacho e da informação técnica no início de dezembro do ano transato.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente Pedro Pimpão**, que respondeu à questão colocada pelo cidadão Ricardo Serrão, relacionada com o grupo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estafetas, relacionado com o acordo com os táxis, dizer antes de mais e pedir ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que nos envie esse requerimento porque tem muitas especificidades e é dever desta Autarquia responder também por escrito a esse mesmo cidadão e é isso que vamos fazer. De qualquer forma vou tentar de uma forma geral, indo também a algumas questões, responder aquilo que foi a intervenção. Referir em primeiro lugar que o acordo com os taxistas tem a ver com todas as cooperativas existentes no concelho de Loulé, bem como outra que não está sedeadada no concelho de Loulé, mas tem, e é aí que eu queria chegar, a responsabilidade da Câmara na emissão das licenças dos taxistas e, portanto, é uma responsabilidade da Autarquia nas suas competências e atribuições a emissão das licenças dos táxis e por isso existe aqui uma responsabilidade acrescida por parte da Câmara no apoio a este tipo de atividade. Também referir que este acordo está estendido e, é importante dizer até que termine o fim do confinamento geral da população, de forma a assegurar que em todo o território e é importante, também, referir isto, em todo o território concelhio, sem discriminação da população, sem discriminação da distância, foi elaborado o presente protocolo com base numa aritmética utilizada por diferentes municípios do país. E, portanto, deste ponto de vista nós nunca poderíamos fazer um protocolo com uma parte do território, não podemos excluir absolutamente ninguém, mesmo que esteja a mais de 20 quilómetros de distância na cidade de Loulé ou Ameixial. Desse ponto de vista ninguém está excluído, nem pode estar, porque seria completamente um retrocesso do que seria a nossa ação do ponto de vista de intervenção. Do ponto de vista, dos recursos próprios por parte da Autarquia porque não estão utilizados nesta situação, referir que os recursos da Autarquia estão neste momento completamente concentrados nas chamadas pessoas de vulnerabilidade social que são, nomeadamente, os idosos, pessoas portadoras de mobilidade reduzida ou outras que não conseguem aceder a absolutamente a nada ou com condições de carência económica. E, por isso, todos os serviços camarários estão muito concentrados principalmente nessas pessoas para não as deixar, por assim dizer, ao abandono. Também os transportes escolares continuam a funcionar, uma vez que há escolas abertas para os profissionais que se encontram em trabalho derivado da pandemia, que é nomeadamente os profissionais de saúde e outros e, por isso, os transportes escolares estão a funcionar para essas crianças que têm que aceder à escola, havendo serviços camarários também afetos a essa mesma situação. Uma situação que já tinha sido clarificada, é que os taxistas usam as condições de higiene e de saco térmico, por assim dizer, para transporte dessas mesmas encomendas, neste caso comida, para levar à população esteja ela onde estiver. E por isso, do ponto de vista de algumas questões penso que tenha respondido. As



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

outras que são específicas do ponto de vista de fiscalidade, do ponto de vista também de uma proposta que também merece a nossa resposta, que é uma proposta a médio, longo prazo e, por isso também, deve ser analisada e respondida, ao qual agradeço ao cidadão Ricardo Serrão todas essas iniciativas do ponto de vista de construção conjunta com a Câmara Municipal. E, por isso, depois irei responder a essa parte por escrito.-----

Em relação ao cidadão Analídio Ponte sobre o fundo de apoio não reembolsável, o chamado fundo perdido de apoio às empresas, referiu Portimão, Albufeira, existe outro município que tem também este tipo de fundo, que é o de Tavira e, portanto, são 3 municípios algarvios que têm neste momento este tipo de fundos municipais, chamemo-lo assim. Referir que, e provavelmente vai ser muito discutido nesta Assembleia, a Câmara Municipal após audição de associações de comerciantes que solicitaram reuniões com esta Autarquia, a Câmara Municipal tem neste momento em elaboração e em construção, praticamente na fase final, de um programa bastante inovador e diferenciador, do qual vai pedir autorização à reunião de Câmara da próxima quarta-feira, mas que será apresentada a essas mesmas associações de comerciantes que propuseram várias iniciativas e que a Câmara por respeito deve também propor e ainda também receber propostas de autorização do ponto de vista jurídico e financeiro por parte da reunião de Câmara da próxima quarta-feira. E, por isso, após a quinta-feira, iremos reunir com essas várias associações de comerciantes, e é que iremos por assim dizer anunciar esse programa que, digo mais uma vez, é um forte apoio ao comércio local e é bastante inovador e diferenciador para o concelho de Loulé. De qualquer forma, referir ao cidadão Analídio Ponte que a Câmara Municipal também tem projetado para esta próxima terça-feira uma espécie de Webinar de esclarecimentos, pois existem muitas dúvidas sobre os apoios que existem por parte do Estado, e o Estado entenda-se Administração Central e Administração Local e, portanto, existem duas linhas por parte do Estado central que vão ser também objeto de clarificação. Neste caso, o Programa Apoiar, por parte do Compete do IAPMEI e o Programa do Turismo de Portugal que também são os dois programas de apoio à tesouraria em que um é totalmente a fundo perdido e o outro, uma parte desse a fundo perdido. Para além disso, o apoio do Estado não acaba nas empresas, é extensível também aos trabalhadores e por essa razão também, vai ser clarificada estas situações relativas a *lay-off* simplificado por parte da Segurança Social e também programas de formação por parte do IEFP, muito importante para as empresas e para os trabalhadores e ainda mais importante para um setor que nos afeta que é o turismo. Existem muitas dúvidas e às vezes falta de informação por parte do Estado é verdade, em relação a estes programas que são e foram bastante alargados, do seu ponto de vista de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apoio e, é importante também, que haja esta abertura à população toda do concelho de Loulé.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

2- Aprovação de Atas;-----

Neste ponto não foram apresentadas Atas para votação.-----

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

O Presidente da Assembleia, refere que receberam um documento do Ministério Público que foi dirigido ao senhor Doutor Adriano Pimpão que, depois nos remete esse documento para nós, uma vez que esse é uma notificação por via postal simples relativamente a uma denúncia que tinha sido efetuada pelo Senhor Professor Doutor Adriano Pimpão no âmbito da Assembleia Municipal como Presidente da Assembleia Municipal. O Ministério Público dá nota de que foi proferido despacho de arquivamento no inquérito referido, este despacho será levado a conhecimento da Comissão Permanente e dos Senhores Deputados que assim o solicitem. Na prática refere a queixa que foi apresentada relativamente a uma transmissão via internet de uma Sessão de uma Assembleia Municipal que foi abruptamente interrompida essa transmissão e, portanto, a Assembleia Municipal através da Mesa e do Presidente à data procederam à denúncia ao Ministério Público e, portanto, o Ministério Público tentou tomar as iniciativas que considerou estarem ao seu alcance, tendo as mesmas sido infrutíferas e, comunica-nos isso mesmo, dar-lhes conta desse arquivamento, como disse, a Assembleia Municipal fica informada do arquivamento. Os Senhores Membros da Comissão Permanente receberão cópia da notificação e qualquer Senhor Deputado que queira ter cópia da mesma, deve pedir ao secretariado da Assembleia.-----

Temos depois uma resposta do Município, aliás chegaram várias respostas do Município relativamente a requerimentos que estavam apresentados pelos Senhores Deputados ou munícipes, este diz respeito à excelentíssima senhora Cândida Gonçalves Amaro Cavaco, mais uma vez, será distribuída cópia pelos Membros da Comissão Permanente a resposta a Cândida Gonçalves Amaro Cavaco, mais uma vez, qualquer Deputado que queira receber uma cópia faz favor de pedir ao secretariado que o remeterá com certeza a conhecimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Temos depois uma comunicação, esta já foi tratada pela Comissão Permanente, da Coordenadora Geral do Núcleo Territorial de Faro da Iniciativa Liberal que terá resposta atempada.-----

Uma comunicação da JSD de Loulé que será depois divulgada pela Comissão Permanente.-----

Por fim, temos uma resposta ao requerimento do agora munícipe Fábio Bota, que foi deputado municipal Fábio Bota, e a resposta será divulgada pelos Membros da Comissão Permanente, todos estes documentos serão divulgados pela Comissão Permanente, qualquer deputado que queira aceder, basta contactar o secretariado. Assim, encerramos o ponto das informações e do expediente.-----

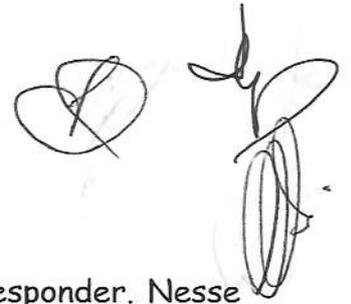
Passou-se ao ponto seguinte;-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Solicitou para intervir, o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), para colocar duas questões ao Executivo.-----

A primeira questão prende-se com a empreitada do Plano da Praia do Ancão e as ligações ao Ludo e Garrão. Existe uma empreitada em curso que se chama Plano da Praia do Ancão e ligações ao Ludo e Garrão que está atualmente em curso. O projeto que originou esta obra foi desenvolvido pela Câmara Municipal de Loulé tendo a sua execução sido submetida à Polis Litoral Ria Formosa, S.A. Diz também, segundo o comunicado divulgado pela Câmara Municipal de Loulé, que o prazo de conclusão da totalidade da obra é novembro de 2020, queria colocar ao senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores responsáveis por este assunto, primeiro que sendo um projeto de requalificação da obra da orla costeira e de âmbito supramunicipal qual a percentagem de custo que a Câmara Municipal de Loulé assumiu com a Polis Litoral. Número dois, qual a taxa de execução física do projeto, ou seja, qual é a data para a conclusão do mesmo. Qual a taxa de execução financeira do projeto? Qual é o valor neste momento transferido para a Polis? E quanto é que a Câmara Municipal de Loulé vai ter que transferir no total? E, por último, estando a Polis Litoral colocada numa sociedade insolvente, quem é que está, neste momento, a monitorizar a execução desta obra?-----

Por último, queria deixar aqui uma questão, que já coloquei ao Senhor Presidente da Câmara em alguma Assembleia Municipal atrás. Foi feita uma visita de uma Comissão da Assembleia Municipal ao Município de Loulé e foram detetadas pelo anterior Senhor Presidente da Assembleia Municipal algumas situações anómalas que nós gostaríamos de saber em que ponto é que está sendo que na última vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que perguntamos ao Senhor Presidente ele não nos conseguiu responder. Nesse sentido, deixaria novamente ao Senhor Presidente da Câmara a incumbência de nos poder responder, mais uma vez, a esta questão. E as situações anómalas foram aquelas que passaria a descrever. Nó do Vale da Telha sem iluminação constitui um risco para a segurança e o conforto visual dos utentes da via. A zona do Troto com piso em mau estado e as anomalias fruto de incongruências da gestão do concessionário do seu concelhio. Nó de acesso à vila de Almancil sem iluminação com riscos inerentes e à falta de dignidade à entrada da vila. Necessidade de reforçar a segurança rodoviária para a variante norte de Almancil que tem ocorrido vários acidentes. Entre toda a extensão de Almancil é notório a falta deficiente de sinalização vertical e horizontal. Falta de abrigos para contentores para resíduos domésticos e bermas por desmatar e limpar. As bermas da estrada encontram-se também com piso degradado originando crateras que nos períodos de chuva se transformam em poças de água e de lama. Nesta zona e ao longo do restante percurso da via é manifesta a negligência de reabilitação da mesma e a reposição dos abrigos nas paragens dos transportes públicos. Na zona entre Quatro Estradas e Patã com grande densidade habitacional junto da via da freguesia São Clemente, São Sebastião, Quarteira e Boliqueime continua a deficiência na limpeza, manutenção das rotundas, bermas e valetas. Existem ao longo da via grandes limitações à mobilidade das pessoas, necessidade de travessia para a deposição dos respetivos contentores que poderia ser mitigada com a utilização deste tipo de recipientes em ambos os lados da via. Na fonte de Boliqueime ainda não foi construída a prometida réplica da fonte tal como acordado com a IP, a RAL e a Câmara Municipal de Loulé. Portanto, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara assim que possível e, por mais uma vez, reitero a necessidade que nos dê a resposta a esta situação, se eventualmente já foram todas concretizadas, se algumas estão concretizadas e outras por concretizar, mas gostaria que nos desse uma resposta à Assembleia.--

Solicitou para intervir, o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para colocar algumas questões. Sobre o início das obras da Circular Norte de Loulé estamos conversados. As obras só não avançam porque a Câmara não consegue identificar os proprietários dos terrenos e a culpa é da pandemia. Já o Jorge Jesus se queixa do mesmo que o problema também é da pandemia. A Câmara adquiriu um terreno de grande dimensão em Benafim para construir em Centro de Recolha de Animais, gostávamos de saber o ponto de situação do projeto e se haveria hipóteses de disponibilizar parte do terreno para dar resposta às situações enunciadas pelos cidadãos no período de intervenção do público. Reconhecemos o esforço da Câmara no combate e prevenção e apoios dispensados em tempo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pandemia e da grave crise económica que afeta o concelho, no entanto, gostaríamos de ouvir do Senhor Presidente uma exposição sobre a evolução da pandemia, o plano de vacinação em curso e quais os apoios que pretendem implementar para além dos existentes, às empresas e famílias, assim como que respostas é que vai dar às exigências justas dos empresários deste concelho. Portanto, o planeamento do território municipal mexe com muitos interesses económicos, sociais e ambientais. A passividade da Câmara sobre este processo é notória. Poderá ser benéfico para poucos, mas prejudica bastantes. Esperávamos melhor celeridade, transparência nos processos envolvendo a participação dos cidadãos e diversos setores da sociedade existentes no concelho. No processo inicial do PDM assim aconteceu. Infelizmente, neste não está a acontecer. O Plano Diretor Municipal foi aprovado em 1995 sendo Presidente Joaquim Vairinhos. De acordo com o regulamento, passados 10 anos podiam e deviam ter procedido à sua revisão. Pontualmente, foi revisto para dar resposta a alguns PIN's, Projetos de Interesse Nacional, aplicação de medidas preventivas, revogação de Planos de Pormenor aprovados em vigor, dar cumprimento a algumas exceções previstas na lei, etc. No essencial quase tudo está na mesma. Passado 26 anos contrariamente ao prometido, o PDM continua em vigor, desajustado da realidade dos problemas atuais das cidades modernas. Parece que paramos no tempo. Não se teve em conta as dinâmicas democráticas, económicas e sociais verificadas no concelho, nomeadamente o aumento da população residente, nacionais e estrangeiros, ao crescimento do imobiliário do litoral e desertificação crescente verificada nas freguesias do interior, aos problemas de mobilidade, à concretização das infraestruturas básicas essenciais à vida e da escassez de equipamentos públicos na área de educação, habitação, creches e lares, e ainda dar resposta à localização de centros de recolha animais municipal e privado, dos problemas ambientais e das alterações climáticas, na criação da área de proteção municipal da Lagoa do Almagem e de um parque temático ambiental. O PS prometeu em 2013 rever o PDM, num mandato seguinte prometeu que a nova versão do PDM estaria concluída até ao final do mandato que termina este ano. De adiamento a adiamento o Governo vai aceitando as desculpas da incapacidade e alguma incompetência e vai prorrogando o prazo para integração das regras dos planos especiais de ordenamento do território. Assim foi aprovado, recentemente no dia 7 de janeiro, uma lei que estabeleça as bases gerais da política dos solos do ordenamento do território, do urbanismo e para aprovar o regime jurídico de ordenamento forçado relativo às áreas delimitadas para a reconversão da paisagem do território renováveis seja objeto de operação integrada de gestão da paisagem. O prazo foi prorrogado até ao 31 de julho de 2021 para que os conteúdos dos Planos Especiais do Ordenamento do Território



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

em vigor devam ser transpostos nos termos da lei para o Plano Diretor Municipal aplicados na área abrangida pelos Planos Especiais. O tempo passa rápido, como tal gostaríamos de ouvir a Senhora Vereadora Helóisa Madeira, responsável pelo planeamento do território, e informar esta Assembleia sob o ponto de situação dos trabalhos e assumir o compromisso de que estaremos em condições de aprovar a revisão do PDM até finais de julho próximo.-----

Pedi para intervir, o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que queria neste período antes da ordem do dia congratular-me pelo facto de o último evento que houve foram as eleições presidenciais, a boa nota de que se conseguiu com novos locais de circular as assembleias de voto garantir a segurança dos membros das mesas e dos eleitores. Penso que foi uma forma correta e eficaz, em segurança, que se estendeu por todo o território garantindo a segurança do evento que foram as eleições presidenciais. No caso das próximas eleições que irão surgir este ano, oxalá, enfim, que a questão pandemia esteja resolvida, esteja mitigada, digo, não se pode empolgar muito nesta questão, só com dados científicos, que as assembleias de voto de todo o território do concelho sejam repensadas. Sinto que esta experiência que, infelizmente, tivemos que atender resolveu muitas questões do espaço e do tempo e da forma aqui, digamos, que tiveram que circular pelas assembleias de voto e sair de forma eficaz e rápida, quando se é muito incómodo. Penso que isto é uma coisa a repensar no futuro, nomeadamente com os equipamentos que temos. As escolas são edifícios públicos, municipais, alguns, penso que as secundárias são do Estado, portanto, e aí se poderia atender a novos espaços com lugares para estacionar o carro. Pronto, isto gera algum incómodo para quem reside nas malhas urbanas propriamente ditas, mas o grosso dos eleitores nem sempre estão nas malhas urbanas. Sobre esta matéria queria ressaltar aqui o bom desempenho.-----

Queria levantar algumas questões à Câmara Municipal, nomeadamente, não prejudicando o que vai acontecer e o que vai ser o debate no ponto da ordem de trabalhos, da ordem do dia, que é a informação escrita do Presidente da Câmara e a atividade municipal. Queria levantar três questões, uma delas é o ponto de situação da construção da obra da Escola D. Dinis que está digamos em período da obra, a previsão e a perspetiva do que é que é o acelerar da obra no Pavilhão de Almancil.-----

Uma outra questão tinha a ver com o momento que vivemos, o inverno, tem havido um grau de pluviosidade intenso que vai resolver, em princípio, o problema da seca, mitigar a seca decorrente nesse período, mas isso gera, como sabem, problemas de quebras de barreiras para as estradas. Aqui o apelo à Câmara Municipal, aos Senhores Presidentes de Junta no sentido de tanto a limpeza das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

valetas, das bermas, para que sejam mitigados aqui os riscos com as bermas e as valetas entupidas com estas águas. As águas vêm depois para a via e podem gerar acidentes. Um apelo à Câmara, que estão a fazer, mas devem fazer algum *forcing* nesse sentido para que façam esta intervenção.-----

Senhor Presidente, Senhores Deputados, combate à pandemia e o apoio às pessoas, é o momento que se oferece. Aqui uma ressalva ao trabalho que o Executivo tem desenvolvido no que toca ao combate à pandemia, não podia deixar de dar nota sobre o desempenho no combate à pandemia e na ajuda às entidades e à disponibilidade para que a mitigação e a pandemia se consigam resolver, nomeadamente, no que toca à vacinação e no que toca às condições de apoio às pessoas e às empresas. -----

A segunda questão, os programas que estão definidos, o conjunto de programas de incentivos económicos, apoio solidário, o apoio a todos, o apoio 2021, um conjunto de apoios e programas municipais e também nacionais que era importante aqui ir afinando, soube hoje que o Município vai promover uma reunião à escala global com os empresários no sentido de se avaliar a forma de ajudar nas normas regulamentares e nas condições legais.-----

Pedi para intervir, o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que queria aqui trazer hoje porque ficou interrompido o raciocínio quando se falou de um senhor chamado Mamadou que eu aceitei a forma como não deveria ter criticado as palavras que ele proferiu dizendo que se devia matar o branco, foi no sentido que o branco assassino, o branco agressivo, o branco mal formado, que era esse branco a que ele se referia no sentido figurado. Mas, contudo, fiz algumas pesquisas e acabei por receber um texto, não foi por mim escrito, não tenho autorização, não pedi, para revelar o nome, vou fazer no fim, contudo, porque deve ser realçado. Então gostava de ler aquilo que eu recebi. "Tal como o senhor Mamadou nasci em África. Não me corre sangue africano nas veias, mas a alma moçambicana habita em mim. Fui expulsa do meu país sem hipótese de escolha, sem justificação tão somente pela cor da pele, arrancada à força da minha família, da minha casa, dos meus conterrâneos, dos meus amigos. Fui expulsa por pessoas como o senhor e os seus comparsas do SOS Racismo. Levaram-me o resto da infância e da adolescência. Forçada a viver em hábitos e costumes diferentes, não só a língua. Durante décadas senti-me de parte, fui barbaramente vítima de *bullying*, mandada para a minha terra vezes sem conta apenas e só a ignorância não tem limites e retornada não sou. Refugiada talvez, pois a nada retornei. Nasci em África com muito orgulho e mantenho orgulho na história que me proporcionou que assim fosse. Nasci na maravilhosa cidade, da então chamada Lourenço Marques, a pérola do Índico, no fantástico continente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

africano, rico nas gentes e nos recursos, destruído por décadas de governos ditatoriais que o senhor tanto defende. O senhor não sabe, mas em 1974 Moçambique era o produtor número um do mundo de algodão e cana-de-açúcar. Hoje é um dos países mais pobres do mundo. Os retornados foram a maior lufada de ar fresco a entrar em Portugal. Ao contrário de si, os retornados e refugiados das colónias apesar de apenas trazerem a roupa no corpo e a alma carregada de tristeza e mágoa, trouxeram também a resiliência e transformaram a mágoa em trabalho e não em ódio e raros são os que não singraram. Nada trouxemos na bagagem a não ser memórias, tudo foi confiscado, queimado, dizimado. Mas ao contrário de si e a quem tudo foi dado de mão beijada não nos vitimizamos. Não nos encolerizamos, apenas trabalhamos. Trabalhamos e honramos a terra e as gentes que nos acolheram. Não hostilizamos, não ridicularizamos, não confrontamos os portugueses da metrópole, apenas trabalhamos com a resiliência que nos caracteriza porque ao contrário de si as nossas feridas não estão putrefactas e não destilam ódio, antes pelo contrário, emanam tolerância e compaixão. Ao contrário do senhor, não recebemos subsídios, não recebemos apoios, o único apoio foram e continuam a ser as doces memórias, memórias de países maravilhosos ao qual um dia ansiávamos voltar, de gente humilde, de sorriso largo e alegria sem fim. Memórias do cheiro da terra molhada, do cheiro das gentes, das cores e das vidas simples. Mantenho gravado o dia da partida e do choro de despedida de quem me criou e amparou e isso, senhor Mamadou, chama-se amor. Nós africanos brancos sentimos amor pelos nossos conterrâneos, mas sei que para si não é amor, é racismo. Sim, senhor Mamadou, ainda hoje sinto amor pelos meus conterrâneos, choro por eles e pelos vis ataques que sofreram em Cabo Delgado, que curiosamente nunca o ouvi defender. Em si só vejo ódio, intriga e difamação. O racismo não se combate com racismo. O ódio não se combate com ódio. A humildade, a gratidão é coisa que não lhe assiste. O trabalho do senhor Mamadou, e trabalho, senhor Mamadou, pergunto, não será por interesse que move esse ódio? É que esse ódio dá-lhe tachos e tachinhos, e trabalho! As suas mãos não parecem ter calos e o seu sobretudo de caxemira não me parece ser de segunda mão. Senhor Mamadou, o senhor não pode ter instrução, mas tem educação. Sou de uma geração em que fui educada a respeitar o meu país, Portugal, a minha bandeira, o meu hino, as minhas gentes e os meus heróis. Tenho orgulho em Afonso Henriques, Vasco da Gama, Luís Vaz de Camões, Padre António Vieira, Álvares Cabral e outros que escreveram a nossa história. A história não se apaga, não se reescreve, é um legado dos nossos antepassados. Goste-se ou não é a nossa história. Quem é o senhor para a destratar? Ou será que pertence ao grupo daqueles que por não gostarem dos pais e avós também os apagam? Respeito, senhor Mamadou, respeito. Em casa alheia não se diz mal do



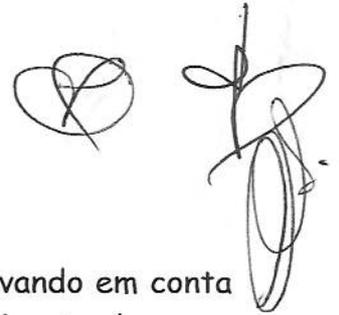
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pão que é oferecido por quem um dia o pão pode acabar.-----

Pediu para intervir, a Senhora **Deputada Iolanda Melo (PSD)**, que, em primeiro lugar, gostava de proferir um agradecimento à área social, mais precisamente à nossa Vereadora Ana Machado, inclusive, porque tem estado mais ligada à área social e têm sido muitas as pessoas que têm mencionado o carinho enorme por parte da Vereadora e uma atenção especial, portanto, eu acho que a nível da área social pelo menos, relativamente à nossa Vereadora, temos tido aqui uma atenção especial, fica o meu agradecimento. Também ao Executivo de Quarteira, portanto, o Senhor Presidente Telmo Pinto, Sónia Neves, que estão disponíveis para atender a todos os pedidos, pelo menos, os que eu tenho encaminhado, também vai um agradecimento especial a estas pessoas que tanto têm-se dedicado nesta área.-----

Tenho também uma questão a fazer ao Executivo que é relativamente aos investimentos que têm sido feitos a nível dos festivais, são investimentos que já foram efetuados e uma vez que nem metade da população ainda foi vacinada e que também pretendemos promover que a população respeite cada uma e que faça a sua parte. Não sei se estes festivais serão cancelados, qual é a importância que temos de promover estes festivais numa altura destas se forem cancelados se estes valores serão, se nós a nível camarário seremos prejudicados relativamente a isso e se esses valores não seriam mais importantes canalizar a nível de apoios de ação social, do comércio a nível local. Eu penso que neste momento são questões com muito mais importância e eu acho que devíamos ter aqui uma visão mais direta, mais assertiva, não é um momento de estarmos focados em ataques políticos, no que quer que seja, em oposição, mas em reunir forças para tentar encontrar estratégias e apoiar todas as vertentes. Neste momento eu acho que a nível do comércio local e da ação social são as vertentes em que temos de depositar as nossas forças e apoiar a 100%. Estas são as minhas questões, deixo também os meus agradecimentos.-----

Pediu para intervir, o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referindo ter duas questões muito diretas e sucintas relativamente à Escola D. Dinis em Quarteira. O Senhor Presidente da Câmara, enfim, tem a sua obra quase concluída, da sua iniciativa, projeto exclusivamente da sua autoria, tendo em conta que o projeto transitou do Executivo anterior do PSD, o Senhor guardou na gaveta por não concordar com ele ou algo assim. É a minha questão concretamente é esta, levando em conta que o projeto, de acordo com as informações que tenho, se encontra desfasado das necessidades da população escolar, digamos, que estava na idade escolar dirigida aquela escola, pergunto se

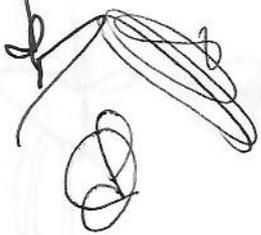


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

o senhor fez um estudo para preparar as estruturas da escola levando em conta as necessidades escolares daquela área e se têm alguma alternativa sendo que a escola foi, aparentemente de acordo com as informações que eu tenho, não tem a capacidade atualizada, ou seja, o projeto foi deficitário em relação às necessidades escolares. Mas se isso não condizer com a verdade, o Senhor Presidente fará o favor de me esclarecer. E caso se essa matéria se coloque nesses termos, ou seja, não for suficiente, tem alguma alternativa ou já tem algo programado para colmatar essa necessidade para garantir o melhor serviço da comunidade escolar.-----

A segunda questão é relativamente à zona industrial de Loulé, foi destruída parcialmente uma determinada área pela intempérie que provocou danos enormes nas infraestruturas camarárias, que são da responsabilidade da Câmara. Impedem, parte dela, a atividade normal de laborar de algumas empresas com prejuízos avultados, se o Senhor Presidente teve já ou demorará a repor as condições existentes naquela área antes da intempérie. E se não o fez, qual é o prazo que entende que seja possível de o fazer para garantir que as empresas tenham condições de laborar em condições normais.-----

Respondeu a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que relativamente às questões que foram colocadas ao Executivo cabe-me responder a uma que foi colocada diretamente à parte do Planeamento e outra que não é do Pelouro, mas que tem sido a área do Planeamento e do Urbanismo que tem acompanhado mais diretamente este protocolo com a Polis. Refiro-me ao projeto do passadiço de ligação do Ludo ao Garrão. Este projeto constitui uma primeira fase um projeto que foi idealizado pela Câmara de ligação do calçadão de Quarteira ao Ludo, esta é a primeira fase, e começou por aqui aproveitando o *know-how* da Polis nesta área de gestão da orla costeira de entidade com estatuto de interesse público que facilita o relacionamento e a articulação entre as várias entidades licenciadoras e, com base nisto, estabelecer entre a Câmara Municipal de Loulé e a Polis um protocolo de colaboração no âmbito do qual a Polis é a dona da obra, é responsável pela fiscalização, é responsável pela contratação, é responsável por todo o controlo e há uma divisão de custos que estão estabelecidos nesse protocolo em que a Polis entrou com cerca de quinhentos e poucos mil euros e tudo o resto seria participado pela Câmara. Esta obra foi lançada, penso que teve um valor de cerca de, ainda não nos foram prestadas contas, mas cerca de 2.000.000,00€, está quase finalizada, de acordo com as informações que temos, mas todos estes protocolos foram alvo de deliberação em reunião de Câmara e estão acessíveis ao público e nomeadamente aos Senhores Deputados. Qualquer detalhe sobre os valores exatos estão ali e os termos do protocolo foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

exatamente estes, foi aproveitar o *know-how* que as equipas técnicas da Polis têm sobre as intervenções na orla costeira para desenvolver uma ideia que foi inicialmente concebida pela Câmara Municipal, em complemento de uma que a Polis iria lançar, que se cingia apenas à criação de espaços de estacionamento na zona do Ancão. E parece-me que esta é uma obra emblemática, vai ser uma obra emblemática para a freguesia e para o concelho de Loulé.-----

Relativamente às questões que me foram colocadas pelo senhor Deputado Carlos Martins sobre o ponto de situação da revisão do PDM, eu tenho-lhe a dizer que tem sido, também, noticiado muito na comunicação social, infelizmente nós não somos caso único e não acredito e desafio qualquer um colega meu de Vereação ou de Executivo Municipal a dizer que este não é um dos concelhos mais complexos, mais difíceis de articular uma revisão de um PDM. E daí estes atrasos que não são do agrado do Município. O Município e este Executivo são os primeiros a dizer que este PDM e que a sua regulamentação está desfasada da realidade, já não dá resposta às necessidades. E isso mesmo impôs que nós por já duas vezes adotássemos medidas preventivas em casos extremos. E tenho-lhe a adiantar que a questão que me colocou, para eu afirmar se estaríamos ou não em condições de ter a revisão do PDM concluída até julho de 2021, a resposta é muito clara, não, não temos nós, nem tem a esmagadora maioria dos concelhos. Mas não é isso o prazo de 13/07/2021 implica, esse prazo é para a transposição das regras que estão previstas nos Planos Especiais de Ordenamento do Território para os PDM's. É uma mera transposição, é uma mera alteração por adaptação e essa sim vai estar concluída até julho de 2021. Esse tem a minha garantia. Na próxima reunião de Câmara vai dar início esse procedimento, é um procedimento simples, é verter as normas que constam nestes planos, no POC-Vilamoura, no POC Vilamoura-Vila Real de Santo António e no Plano da Ria Formosa, transpor as normas vinculativas para o PDM e fazer as respetivas cartas. Esse sim vai à próxima reunião de Câmara e estará concluído em julho de 2021.-----

Relativamente à revisão do PDM, nós estamos a trabalhar afincadamente nele. Esperamos ter notícias e, ao contrário do que o Senhor Deputado afirmou, nós temos toda a intenção de envolver e temos vindo a envolver, eu não acredito que tenha havido outro Executivo que deu tantas explicações à Comissão especializada, porque nunca tinha havido uma comissão especializada do ordenamento do território da Assembleia Municipal, vamos aí as vezes que forem necessárias dar todas as explicações e fazer todos os pontos de situação necessários. E, tal como já foi anunciado na comunicação social, nós, não obstante estarmos a trabalhar afincadamente para tão breve quanto possível termos uma proposta em cima da mesa para apresentar sobre isto, não posso deixar de dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nota de que o Governo está a preparar um diploma que prorroga o prazo para revisão destes PDM's até final de 2022. Isto, exatamente, pelas dificuldades que todos os municípios estão a deparar para se adaptarem às legislações que sucessivamente se vão alterando e aparecendo. E é o que tenho a referir relativamente às questões que foram colocadas.-----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**, que referiu que iria muito rapidamente responder a algumas questões. Ao Senhor Deputado Mário Botelho agradeço as questões que colocou, são muitas questões e eu vou preparar uma resposta escrita porque elas são de facto muitas, não que sejam problemas muito volumosos, mas nós vamos dar uma resposta escrita.-----

Depois quero também referir às observações feitas pelo Deputado Carlos Costa que a obra da Escola D. Dinis aproxima-se da sua fase final, neste momento decorre um concurso público para aquisição de material de equipamento da escola e para o próximo ano letivo contamos que seja mais um equipamento que fica à disposição da comunidade escolar da Quarteira.-----

Aqui também aproveito para responder ao senhor Deputado João Guerreiro Conceição, que agradeço também as questões que colocou, para lhe dizer que a Escola D. Dinis não tem o projeto desfasado. O que se passou foi que ainda no anterior Executivo houve uma intenção de fazer uma mega escola para encerrar a Escola Doutora Laura Aires e fazer ali uma única escola, concentrar toda a população escolar dessas duas escolas, desses dois agrupamentos, Laura Aires e D. Dinis. Na altura houve até problemas com a estacaria do projeto, porque chegou a haver um projeto para outra escola, isto ter-se-á passado mais ou menos assim. Mas nós discordamos de fazer uma escola gigantesca com uma população escolar muito densa e optámos, pois essa é a nossa filosofia, por fazer mais escolas para poder dispersar pela cidade a população escolar porque isso tem vantagens, quer para os professores, quer para a própria população escolar que não ganha nada em ter escolas super povoadas, de grande concentração de estudantes e, portanto, o que fizemos foi este novo projeto que é a escola que está ali a fazer-se e está neste momento em elaboração um projeto de uma escola, atrás, portanto, ali naquela rotunda à entrada de Quarteira onde existe uma superfície comercial do Pingo Doce, atrás que dá para a outra rua de Quarteira que vai até à estrada nacional 125, aí sim, está a preparar a Câmara um projeto que é uma Escola com Jardim de Infância com quatro turmas com Jardim de Infância e oito turmas no 2.º Ciclo. Portanto, a nossa opção é outra, Senhor Deputado e, portanto, temos outra opinião.-----

Depois quero também responder que o Pavilhão de Almancil continua a todo o gás, uma obra que se iniciou há um mês, por aí, mas que, portanto, é uma obra de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

grande porte, aliás, é a maior obra pública que está neste momento em curso e que tudo está a decorrer como calendarizado.-----

Registo os agradecimentos e os reconhecimentos do trabalho do Executivo Municipal da senhora Deputada Iolanda Melo que endereçou os parabéns à Câmara no seu trabalho na área social, na pessoa da senhora Vereadora Ana Machado que tem esse Pelouro.-----

Por último, queria também responder ao senhor Deputado João Guerreiro, o resultado das intempéries na área empresarial. Bom, nós imediatamente reparamos a linha de água, reforçamo-la porque ela ficou destruída na consequência de uma chuvada absolutamente anormal, mais um fenómeno extremo do clima a que nos vamos habituando, infelizmente, cada vez mais, e com grande capacidade destrutiva. A parte da contenção na margem dos muros da ribeira foram imediatamente reparados e, neste momento, temos a montante, também, um projeto candidatado e aprovado para intervir na linha de água mais a montante. É um projeto que vai ser candidatado, e foi aprovado pela APA. Portanto, ali há prejuízos, infelizmente, de alguns empresários, que muito lamentamos, fiz ainda algumas diligências junto da CCDR para saber se existiriam condições legais para declarar uma situação de calamidade e a partir dessa situação reclamar alguns apoios a alguns empresários naquela área, mas a resposta que obtive foi que, enfim, o fenómeno não terá tido a dimensão e os prejuízos tão alargados e volumosos que justificassem a declaração desse estado de calamidade.-----

Respondeu o Senhor Vereador Carlos Carmo, que referiu muito rapidamente sobre a questão, que agradeço, colocada pela Senhora Deputada Iolanda Melo sobre a questão dos festivais. Pois, como sabe, os festivais e os eventos que caracterizam o nosso Município têm um impacto bastante positivo e considerável na nossa dinâmica económica. Contudo, nós neste momento estamos num período de avaliação porque no nosso país ainda não há qualquer caminho definido sobre o que se terá que fazer para a realização destes grandes eventos, existem já algumas medidas em países da União Europeia, mas nós estamos a avaliar, estamos neste momento a preparar vários cenários para que no momento próprio possam ser apresentados um pouco como foi feito, por exemplo, com o Carnaval que foi completamente readaptado ao contexto atual, portanto, é o que iremos fazer nesse momento.-----

Respondeu o Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, que referiu que houve uma extensão que foi respondida em parte pelo meu colega de Vereação Carlos Carmo à Deputada Iolanda Melo. Referir também que na área que foi atribuída pelo

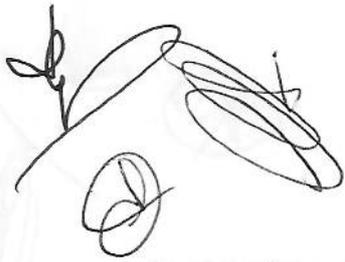


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Senhor Presidente, testemunho esse esforço e essa dedicação da minha colega de Vereação, que em termos financeiros a Câmara, nessa área, não olha a meios, daquilo que deve ser a sua intervenção. A Câmara Municipal, de facto, não consegue chegar a todos e é por isso que existem as instituições particulares de solidariedade social da qual apoiamos. Também reconhecer na pessoa, não é na Iolanda, mas também alguém que faz o mesmo grupo de voluntariado na cidade de Quarteira, do qual por vezes tenho acompanhado e que também saúdo esse espírito de ponto de vista de voluntariado porque acho que é muito importante nos dias de hoje e nos dias de comunidade.-----

Em relação ao comércio local e não substituindo aquilo que mais uma vez foi referido pelo meu colega de Vereação, Carlos Carmo, de facto, aquilo que é sempre a grande promoção do comércio local era o conjunto de eventos que divulgava a promoção e o também chamar pessoas para que nas ruas pudessem estar e pudessem comprar e consumir nesse mesmo comércio local. Aquilo que temos certeza, quase absoluta, quer dizer, com a evolução da pandemia nunca sabemos, é novamente a autorização do alargamento das esplanadas por parte dos estabelecimentos comerciais, bem como a isenção desse pagamento até final do ano de 2021. E, desse ponto de vista, está assegurado, desde que a pandemia o permita, novamente fazer esse alargamento, no qual a cidade de Quarteira tem uma dimensão enorme nessa área.-----

Em relação aos apoios complementares e, digamos, expansionistas por parte da Câmara em relação aquilo que o Governo através, mais uma vez, do Programa Apoiar, mas também do Programa do Turismo de Portugal, que também tem um programa de apoio às empresas, que neste momento utilizam no concelho de Loulé, qualquer coisa como 9.000.000,00€. Esse programa, neste momento, que está a ser monitorizado, está a ser acompanhado por parte da Câmara Municipal no sentido daquilo que, e também como resposta ao deputado Carlos Costa, a Câmara neste momento já não está a avaliar. A Câmara está neste momento a ultimar uma proposta de programa, mas que precisa de autorização quer jurídica, quer financeira de reunião de Câmara da próxima quarta-feira. E, nesse sentido, iremos depois ainda receber contributos para eventuais alterações na quinta-feira logo a seguir com a Associação de Comerciantes, uma de Quarteira e outra de Loulé e ainda a ACRAL, que foram aquelas que nos chegaram do ponto de vista de propostas e ao nível de decisões conjuntas. Acho muito importante, hoje em dia, estas decisões conjuntas. Dizer que esse programa é, tal como tinha dito, um programa extremamente inovador do ponto de vista de intervenção de uma autarquia no comércio local, mas que achamos que vai ser altamente benéfico para todos os nossos comerciantes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

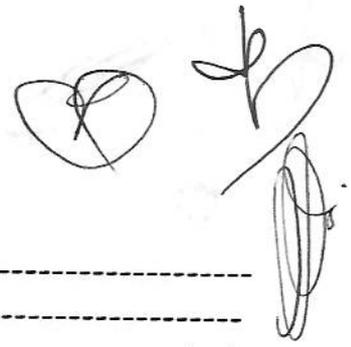
Respondeu o Senhor **Vereador Abílio Sousa**, que antes de responder ao Deputado Carlos Martins queria aqui dar também nota e responder ao Deputado Mário Botelho. Estive presente na visita que foi feita na 125 desde o início até ao fim, apesar do Deputado Mário Botelho nos ter acompanhado só desde a rotunda de Vilamoura, ou seja, do Parque das Laranjeiras até Boliqueime. Queria dizer o seguinte, dessa visita surgiu um relatório que o Senhor Deputado sabe que 90 e tal por cento das anomalias que levantou nesta sessão são da responsabilidade da gestão da IP, esse relatório foi dirigido à IP e ao Secretário de Estado na altura e foi enviado cópia. Algumas medidas tardam a ser implementadas, penso que com esta questão tenta confundir a opinião pública e quem nos está a ver em casa. Porque sabe que essa área, tanto as rotundas que falou, como as bermas, tudo o que falou, da iluminação, são situações que se encontram sob o domínio da IP.----- Em relação ao Deputado Carlos Martins, quero esclarecer que a aquisição do terreno, conforme o nosso Presidente disse na última Assembleia que foi no final do ano que passou, em meados de novembro, de lá para cá fizemos o levantamento topográfico do terreno e desde então temos estado a fazer a recolha, a ouvir o nosso Veterinário Municipal e as entidades DGV no sentido de fazermos um levantamento para criarmos um programa preliminar o mais completo possível de forma a satisfazer e a realizar um projeto que seja abrangente para a necessidade que existe no nosso concelho a nível de alojamento de canídeos e gatídeos e outros animais que cada vez mais são abandonados.-----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que só queria rematar e dizer que podem ter a certeza que em Benafim, aquele terreno que adquirimos é um terreno com uma área muito grande, nós, o município de Loulé vai ter ali o centro de bem-estar animal com vertente veterinária, com as melhores condições possíveis não incomodando ninguém e vai ser, com certeza, um equipamento à altura de um município que tem como princípio uma política animal, que tem uma ação consistente desde o primeiro dia que chegamos e que queremos concretizar com esse grande equipamento, não tenha dúvidas nenhuma. Portanto, demos o primeiro passo e vamos, com certeza, construir ali uma grande obra da qual nos iremos todos orgulhar.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

5- **Moções;**-----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, apresentou um **Voto de Pesar**, que foi acompanhado pelo grupo municipal do Partido Socialista que nos remeteu essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

informação, também.-----

Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. João Barros Madeira, apresentado pelo Grupo Municipal do BE;-----

O Senhor Deputado Carlos Martins (BE), apresentou um Voto de Pesar, que foi acompanhado pelo grupo municipal do Partido Socialista que nos remeteu essa informação, também.-----

Foi cedida a palavra para a leitura do mesmo. "A Assembleia Municipal de Loulé manifesta publicamente um profundo pesar pelo falecimento do Doutor Barros Madeira ocorrido no 21/01/2021, contava então com 86 anos de idade. João Barros Madeira nasceu em Loulé, em 1934, e licenciou-se em Medicina em 1962 pela Universidade de Medicina da Universidade de Coimbra. Como médico iniciou a sua carreira profissional em Loulé no Hospital da Misericórdia. Foi diretor do Centro de Saúde desta cidade, Conselho da Administração da Administração Regional de Saúde do Algarve e terminou a sua carreira como Diretor do Hospital de Faro. Exerceu, igualmente, medicina privada e colaborou com empresas deste concelho. Enquanto estudante em Coimbra envolveu-se nas lutas estudantis, tendo feito parte das listas que ganharam as eleições para a Direção da Associação Académica de Coimbra em 1960 e 1961, pertenceu ao Orfeão Académico e fez parte da Tuna Académica de Coimbra, organismos autónomos da Associação Académica. João Barros Madeira tinha uma aptidão natural para o fado de Coimbra, tinha gravado alguns discos de fado e baladas, são dele algumas das interpretações mais notáveis da canção coimbrã, como "Senhora parte, então triste", "Fado da Ansiedade", "Último Fado", "Olhos Verdes", ou a balada "Adeus, adeus, vou partir". Para além de ter sido, um ilustre médico louletano, foi também Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loulé em 1974 e 1975, em pleno período revolucionário, e no momento de transição para a democracia. Deputado Municipal da República eleito em outubro de 1975 pelo PDR. Desenvolveu grande atividade no associativismo desportivo tendo sido Presidente Louletano dos Desportos Clube 2 vezes e durante vários anos presidiu à Comissão Organizadora do Carnaval de Loulé. Mas foi na columbofilia que a sua ação associativa mais se fez notar, cujo vício remontava aos seus tempos da sua vida estudantil na cidade de Faro em finais da década de 40 e início da década de 50. Com efeito, foi Presidente da Comissão Columbófila do distrito de Faro, sócio número um, e fundador da Associação Columbófila Louletana. Vice-Presidente da Federação Portuguesa da Columbofilia. Ainda nesta modalidade foi o primeiro português a ocupar um cargo na Vice-Presidência da Federação Columbófila Internacional. O Doutor João Barros Madeira era um homem bom, democrata,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

culto e lutador pela liberdade. Muitas vezes reservado, mas não dispensava a sua presença na tertúlia no café Delfim. Por motivos de saúde, nos últimos anos manteve-se mais reservado. Em 2014 foi agraciado pela Autarquia, tendo sido atribuída a Medalha de Ouro do Município conjuntamente com os restantes membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loulé. A Assembleia Municipal de Loulé reunida a 26 de fevereiro delibera prestar homenagem ao cidadão Doutor João Barros Madeira recentemente falecido como um verdadeiro exemplo de dedicação ao bem-estar público e à liberdade. Com esta perda, o concelho de Loulé fica mais pobre, pois é uma parte de si que se perde, ficando para sempre na memória dos louletanos recordações do seu percurso de vida exemplar. Endereçar à família e aos amigos do Doutor Barros Madeira as mais sinceras e sentidas condolências. Por fim, recomendar à Câmara Municipal de Loulé para que seja atribuído o nome de uma rua em zona nobre da cidade de Loulé para perpetuar a memória do Doutor João Barros Madeira, médico e democrata."-----

Solicitou para intervir o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, referindo que crê que foi deputado no PRD. Já agora na a) do ponto A da deliberação, em vez de, é só pôr "do" onde está "o seu percurso exemplar".-----

Solicitou para intervir o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que disse que não poderia deixar de passar este momento sem tecer algumas considerações ao Doutor Barros Madeira. Tive o privilégio de trabalhar com ele durante muitos anos, mas habituei-me desde muito cedo a respeitá-lo desde miúdo, desde criança, pelas suas características humanitárias, um homem com uma sensibilidade social extraordinária e também com uma frontalidade muito grande. Era um período de vida da sociedade louletana em que não era fácil ser frontal e assumir posições de rutura, ele teve essa coragem durante esses anos e demonstrou sempre um carinho, uma sensibilidade, como já disse, social para atender os mais favorecidos, ajudar muitas vezes de uma forma muito direta, mas que as pessoas respeitavam, tinham ali um amigo, um profissional disponível para ajudar a resolver os seus problemas de saúde e não só, e não só. O Barros Madeira lutou muito pelo Hospital de Loulé, tive o privilégio, a primeira grande intervenção que foi feita no Hospital de Loulé, na altura antes de ele ter sido eleito, portanto, ele era o Presidente do Centro de Saúde e eu fazia parte da equipa como Vice-Presidente, mas foi a primeira grande remodelação que foi feita e eu sempre tive, aliás que me inspirou depois mais tarde para a recuperação definitiva do Hospital e a sua disponibilização para a população do concelho, mas esta ideia ele partilhava comigo e, efetivamente, deu-me muitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

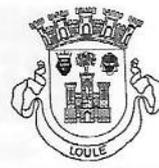
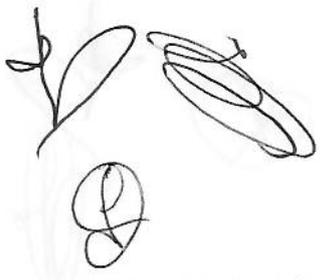
conselhos e ajudou-me bastante a ser perseverante e a lutar por esta situação. Portanto, eu acho que o Doutor Barros Madeira era um homem que não olhava a grandes reconhecimentos públicos, era um homem que se contentava fundamentalmente com a sua consciência e com o serviço público que sempre prestou. Portanto, eu, como é evidente, e o PSD, naturalmente, penso que posso falar conjuntamente, nós não falamos sobre isso, mas associamo-nos inteiramente à proposta do Bloco de Esquerda do reconhecimento público ao Doutor Barros Madeira e penso que gostaria que, se fosse possível, a homenagem em termos públicos se realizar perto do Hospital de Loulé, do atual Hospital da Misericórdia, seria bom, penso que ele ficaria satisfeito.-----

Pedi igualmente para intervir, o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, para dizer que esta moção, este voto de pesar, voto de pesar que o PS não podia deixar de estar no espírito do que é a homenagem ao Doutor Barros Madeira. Na sequência do que foi o voto de pesar do Município, por iniciativa do Município, sentimos justo no sentido do que é que foi o homem pragmático, frontal, generoso, discreto, um conseqüente democrata, um companheiro que tive o privilégio de o acompanhar em duas campanhas presidenciais, e ele foi mandatário. Era um grande democrata e aqui vai os nossos sentidos pêsames à família por esta falta e penso que, como foi dito, uma referência única na cidade, próximo do local onde ele trabalhou muito, deu muito, um homem generoso, esperto, mas enfim, muito generoso, e é justo ter um nome numa artéria condigna próximo do local onde ele trabalhou muitos anos.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que referiu que também, desde logo, o PSD não podia deixar de enviar, a bancada do PSD enviar os sentidos pêsames à família e também pela pessoa que era este cidadão, acompanhar o voto de pesar aqui manifestado nesta Assembleia.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que referiu que o CDS não podia deixar de se associar à manifestação do Bloco de Esquerda em homenagear o Doutor Barros Madeira. Pessoalmente tive a ocasião de apresentar os pêsames, em meu nome pessoal, e evidentemente que não poderei deixar de o fazer aqui e associar-me a esta iniciativa municipal.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Câmara**, que disse que no Executivo, naturalmente, recebemos a notícia da morte do Doutor João Barros Madeira com muita tristeza porque a maior parte de nós teve o privilégio de ao longo de muitos anos conviver com ele, aperceber-se das suas qualidades de profissional,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do seu humanismo, a sua bondade, generosidade com que se relacionava com a comunidade louletana. Naqueles tempos em que, falo agora um bocadinho em meu nome pessoal e não me levem a mal por isso, em que conhecemos, Loulé era uma cidade com outras dimensões, as pessoas conheciam-se todas umas às outras e de facto eu sou testemunha de como o Doutor João Barros Madeira, enfim, atendia, se deslocava a casa, sempre com um espírito de missão de grande nobreza de carácter que neste momento é, absolutamente necessário que se recorde como um exemplo e um exemplo de características pessoais que era bom ver mais cultivado pela nossa comunidade. A Câmara Municipal de Loulé naturalmente que logo no dia tomou a iniciativa de tomar uma nota pública, de apresentar os pêsames à família, e de se disponibilizar, oportunamente, perpetuarmos, enfim, uma artéria central com o nome do Doutor João Barros Madeira. Portanto, o Doutor João de Barros Madeira, como o Deputado Carlos Martins disse, leu na sua moção, foi o primeiro Presidente da Comissão Administrativa, logo após a revolução do 25 de Abril e, portanto, essa circunstância ficará para a história porque é de facto um momento histórico, ainda antes das primeiras eleições democráticas um conjunto alargado de democratas na então sede do Atlético de Loulé tomaram a decisão numa escolha e numa discussão entre eles onde eu tive o privilégio muito, muito jovem de me deixarem entrar e de assistir à discussão e nessa reunião o Doutor João Barros Madeira foi escolhido por um conjunto de pessoas de Loulé, alguns deles ainda vivos, e bem vivos, felizmente, que decidiram que o João Barros Madeira seria o primeiro presidente da Comissão Administrativa do Novo Ciclo de Vida Democrática de Portugal, neste caso, aqui no nosso concelho de Loulé. De modo que é uma personalidade incontornável da nossa comunidade local e todas as homenagens que lhe forem prestadas são justíssimas. E a Câmara estará aqui para honrar e perpetuar o seu nome.

Pedi para intervir, o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que em relação aos dois lapsos que estavam aqui no texto já os corriji, depois faço chegar à Mesa. Eu julgo que é na a), recordações do seu percurso, estava o seu percurso, segundo percebi, e o outro seria PRD. Portanto, Barros Madeira é uma figura incontornável da vida louletana, eu tive o prazer de o acompanhar muito novo, por afinidades familiares que a minha mulher trabalhava no Hospital de Loulé, o antigo Hospital dos Pobres, e a ele se deve muita coisa. Também tive a oportunidade de o acompanhar politicamente num projeto independente de Loulé, foi a primeira vez uma candidatura independente que apareceu, que não teve sucesso mas, foi um momento de relacionamento muito grande e de uma amizade que se manteve para além da política durante muitos anos. Tenho pena que ele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

realmente tenha morrido de uma forma que até é difícil de descrever mas, fico muito feliz que a Câmara esteja solidária com esta proposta. Já tinha feito uma nota de pesar, mas nós consideramos que seria importante que a Assembleia Municipal também vincasse a sua posição de homenagem ao Doutor João Barros Madeira. Obrigado a todos pela compreensão.-----

Interviu o Senhor **Presidente da Assembleia**, referindo que pessoalmente acompanho todas as referências que foram feitas, penso que os demais elementos da Mesa também. Em consulta que fiz aos Senhores Deputados e aos Coordenadores de bancadas está dispensada a votação da moção deste voto de pesar. Ele é aprovado por unanimidade. Vamos a seguir informar a família disso, vamos remeter a proposta de recomendação que também é considerada aprovada. Agora convido-vos a todos a guardar um minuto de silêncio em memória do nosso concidadão.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

6- Período da Ordem do Dia;-----

a)- **Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município.**-----

Para a apresentação deste ponto, foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que referiu que tinha uma apresentação para dar nota do relatório da atividade neste tempo, entretanto, decorrido da atividade municipal, o relatório foi distribuído, esta apresentação era apenas um curto resumo, mas eu esta noite prescindiria dessa apresentação e colocar-me-ia naturalmente à disposição dos Senhores Deputados se tiverem alguma questão a levantar, façam favor, aqui estamos para responder.-----

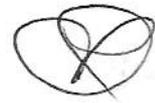
Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse que não propriamente colocaria uma questão ao Senhor Presidente, mas sim apresentar uma contestação em relação às áreas que foram debruçadas neste plano. Na realidade, antes de mais o PSD quer congratular a Câmara Municipal de Loulé e igualmente na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e de todo o Executivo e demais funcionários públicos que se encarregam dia a dia de manter este Município afastado um pouco desta pandemia e, nesse sentido, o Partido Social Democrata aqui representado não poderia deixar de congratular o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Presidente e todas as pessoas nele envolvidos pelo trabalho desenvolvido nesse sentido.-----

Depois de analisar este pequeno resumo que o Senhor Presidente nos deixa em algumas Assembleias, verifico em algumas áreas, nomeadamente saúde, social e cultural. Este Executivo tem, de alguma forma, respondido aos anseios da população louletana, todavia, achamos que permanece ainda muito afastado das necessidades económicas e sociais que os empresários e as famílias carecem e, por isso, achamos pouco terem produzido nesta área no âmbito da economia e turismo como se faltasse vontade, talvez dinâmica, ou mesmo talvez engenho deste Presidente, parece que quando se fala de empresários o Senhor Presidente afasta-se como o diabo foge da cruz. Na realidade aquilo que o Senhor Presidente nos traz hoje no Relatório da Atividade da Câmara Municipal de Loulé e como forma de poder ultrapassar, provavelmente, a maior crise que este Município terá neste século, e pelas palavras expostas e aquilo que consta no Relatório que foram feitas algumas atividades e que parte dessas foram para poder responder às necessidades e carências dos empresários e das famílias, nomeadamente são as seguintes: 1) Criação de um website, uma aplicação, para quem visita Loulé; 2), Comissão de Vistoria para Alojamento Local; 3), Candidatura às Oficinas de Bairro; 4), Formação Profissional; 5), Visitas de Diagnóstico à Produção Local; 6), Sorteio de Campanha de Comércio Sempre Aberto no valor de 4.500,00€; 7), Programa do Restaurante à Janela de Táxi e 8) participação em webinar para encontrar soluções para as empresas. Para além de duas medidas que achamos que, na realidade, podem ser estruturantes e podem contribuir para minimizar o impacto desta pandemia, nomeadamente, o Programa Restaurante Janela de Táxi e a Campanha do Sorteio de Comércio Aberto, todas as outras achamos que são medidas inócuas, medidas sem efeito, sem consequências no tecido económico-empresarial, mas o mais gritante é na realidade que neste período controverso onde os empresários e as famílias que desta atividade dependem, carecem de apoios, necessitam de apoios por parte de quem nos pode providenciar, nomeadamente, o Estado e Autarquias, esta em concreto, a Câmara Municipal de Loulé, vira as costas. Implementa, veicula através deste Relatório medidas que praticamente não têm efeito nenhum e que na verdade apesar de se congratular com um grande brilharete o que sabemos é que não passa de um saco cheio de nada. E, por isso, já na última vez que o senhor Presidente da Câmara apresentou este relatório voltamos, novamente, a frisar as medidas económicas no âmbito da economia, no âmbito do apoio aos empresários, no âmbito de apoio às famílias dos empresários que eles carecem tem sido bastante irrelevantes, tem sido bastante atenuadas e que deste lado reiteramos mais uma vez na realidade Senhor Presidente tenha em conta o período de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

contingência que nós estamos a ter, tenha em conta que as medidas eram para ser implementadas ontem e não daqui a 6 meses, porque daqui a 6 meses provavelmente já atravessemos, esperemos, este período de pandemia e, certamente, a atividade estará em alta. Neste momento precisamos do dinheiro e que as medidas quer centrais, quer locais, possam chegar aos empresários para que possamos ultrapassar este período de crise e que na realidade se possa ultrapassar este período difícil, este período que provavelmente não haverá no próximo século.-----

Pediu o uso da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta que o Parque das Cidades é uma peça estratégica para o desenvolvimento e para o nosso concelho, para quando a reabilitação e a renovação dos espaços públicos envolventes ao Estádio Algarve? Antes de terminar a minha intervenção, quero congratular o Executivo da Câmara Municipal de Loulé pelo excelente trabalho que têm feito na resposta aos problemas das pessoas, nesta altura tão difícil para todos nós, nesta altura de pandemia, saudando na área da educação e na área da ação social que têm sido eixos fundamentais para ir ao encontro dos problemas dos jovens e das famílias.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse que nesta primeira intervenção queríamos salientar o quão positivo papel da Câmara no âmbito do combate e mitigação à pandemia, na área da saúde, ação social e educação. O Projeto Restaurante até à Janela de Táxi não é inovador, mas é realmente louvável, embora gostássemos de ser melhor informados do grau de adesão, também pelo apoio dispensado e também do apoio ao associativismo cultural nestes tempos difíceis determinados pela pandemia.-----

Na cultura achamos quão positivo a valorização e a recuperação das antas e dos sítios classificados da freguesia do Ameixial.-----

Julgamos que no domínio do apoio associativo deverá ser melhorada a articulação entre a Câmara e a Delegação de Saúde Local para resolver as dúvidas dos agentes culturais quando se pretende apresentar espetáculos ao ar livre e ainda, acelerar o estudo de implementação de contratos e programas plurianuais com as associações que enriquecem e diversificam a oferta cultural de Loulé e projetam para além de Loulé. No regulamento do apoio ao associativismo cultural e recreativo tudo está regulamentado, os critérios estão bem definidos, sendo a sua primeira prioridade promover o desenvolvimento cultural e aumentar a participação da cidadania no concelho de Loulé. O processo de candidatura é transparente, no entanto, queríamos propor ao Senhor Presidente que seria desejável que em próximos anos as candidaturas ao contrato programa fossem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

antecipadas para o final do ano anterior de forma a ser possível a elaboração de um calendário concelhio com as atividades das associações, permitindo dar mais visibilidade pública aos eventos previstos. Para que esta antecipação da candidatura ser possível será necessário proceder à alteração do artigo 6.º do referido regulamento que estabelece neste momento o prazo até 31 de março deste ano. Também ficamos satisfeitos com o início dos trabalhos de remoção das coberturas de fibrocimento, mais conhecido por amianto, nas escolas do concelho, no entanto, continuamos sem resposta sobre os restantes equipamentos municipais existentes.

Respondeu o Senhor Presidente da Câmara, que disse que depois o Senhor Vice-Presidente complementar as suas palavras. Bom, em primeiro lugar gostava de contrariar de forma absolutamente convicta à afirmação gratuita e sem qualquer consistência, nem coerência, do Senhor Deputado Mário Botelho quando diz que este Executivo foge dos empresários como, usou uma expressão equivalente a esta, foge dos empresários como o diabo da cruz. Senhor Deputado permita-me lembrar-lhe alguns factos que são factos que decorrem da ação deste Executivo que contrariam de uma forma claríssima e absoluta aquilo que acaba de dizer. Se nós metêssemos tanto medo aos empresários nós não tínhamos neste momento em curso um projeto para renovação, que em breve abriremos concurso, para renovação de toda a área empresarial de Vilamoura. Se nós metêssemos medo aos empresários ou não fossemos amigos dos empresários nós não tínhamos taxa de IMT que, como sabe, é uma taxa que é liquidada de cada vez que há transação de bens imobiliários e significa que os empresários procuram e encontram resposta neste Município, apesar de todas as dificuldades que nós reconhecemos, portanto, o nosso Município é muito procurado por grandes, médios e pequenos interesses na área do negócio imobiliário e a verdade é que nós, mesmo no ano passado foi um ano de crise, conseguimos aguentar o nível de receitas ao nível do IMT. Portanto, se este fosse um Município inimigo da atividade empresarial isto não acontecia, Senhor Deputado, como é óbvio.

Depois queria dizer também que a isenção de receitas para toda a atividade empresarial do concelho relacionadas com a primeira geração de respostas deste Executivo aos problemas económicos que nos foram trazidos pela pandemia, privou a Câmara Municipal de Loulé de arrecadar, o Senhor Vice-Presidente já dirá mais ou menos enquanto vai a privação de arrecadação destas receitas, e que são ajudas claras aos empresários deste concelho.

Temos, neste momento, em desenvolvimento, projetos de grande envergadura, de grandes investimentos empresariais quer em Boliqueime, quer em Loulé, de investidores de muito peso e que temos acompanhado e tratado com todo o nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

interesse e com toda a nossa energia. Senhor Deputado, eu vou-lhe dizer uma verdade à La Palice, sem atividade económica a vida em sociedade pura e simplesmente não existe. Essa afirmação que diz releva de um primarismo, de uma coisa tão primária que nem a pessoa, enfim, mais desinformada e que menos acompanha a atividade da Câmara de Loulé vai acreditar naquilo que diz. Julgo que não vale a pena insistir nisso porque este Executivo Municipal acompanha, estimula, recebe de braços abertos os investimentos de todos os investidores que possam ser trazidos para o Município de Loulé. É evidente que, isso talvez nos distinga dos senhores, nós temos alguns cuidados com os investimentos para que eles se encaixem na nossa política de sustentabilidade. Os investimentos económicos têm que cada vez mais encaixar-se em balizas que têm a ver com valores que temos que preservar que são os valores da sustentabilidade ambiental. Nós já chegamos a uma época em que o decisor político tem que levar em conta essas circunstâncias porque a seguir a nós, vêm os nossos filhos e vêm os nossos netos. E o meio biofísico, o território onde a atividade empresarial se desenvolve tem limites. E a partir de agora cada vez mais, não somos só nós em Loulé, é por todo o mundo, os investimentos têm de ter em linha de conta uma série de valores que até aqui pura e simplesmente não eram considerados. Ainda hoje num seminário, o primeiro seminário dedicado à temática da ação climática a cargo do Governo português neste contexto da Presidência de Portugal da União Europeia, uma conceituadíssima economista muito conhecida na Europa, Mariana Mazzucato alertava exatamente para a nova economia que tem de ser construída. Que o Senhor ainda não seja muito sensível a esta nova economia que começa a despontar e a ganhar terreno e os empresários são cada vez mais abertos, porque os empresários também sabem que há um futuro à nossa frente e, portanto, temos que ser mais que nunca responsáveis. A Mariana Mazzucato chamava a atenção para isto e que o Senhor que não esteja muito sensibilizado para esta nova ordem de problemas, bom, essa é uma questão de tempo porque o Senhor como empresário também irá lá chegar, tenho a certeza absoluta.----- Depois também quero falar desses dois grandes projetos, um na área do cinema, outro na área da logística, devo-lhe dizer que o Município de Loulé, ele próprio vai investir uma grande fatia do orçamento para alavancar a inovação e a investigação científica ligada às ciências biomédicas no concelho de Loulé. Ora, se nós não tivéssemos sensibilidade para o desenvolvimento económico, nós não estaríamos nesta lógica. E devo-lhe dizer à frente de qualquer município do Algarve isto é reconhecido em todo o lado. O Senhor Deputado que acompanha a atividade do Município de Loulé, quando faz afirmações dessas devia ponderar esta ação da Câmara Municipal de Loulé porque se ponderasse eu tenho a certeza que não seria tão taxativo, nem tão ligeiro a fazer esses juízos sobre a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sensibilidade para apoiar a atividade económica.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que pegando nas últimas palavras do Senhor Presidente, não há economia sem investimento público e, portanto, o que a Câmara de Loulé está neste momento a fazer é um investimento público de uma relevância enorme que depois os Senhores Deputados podem depois reparar na contração de empréstimo e na revisão orçamental porque consideramos que dando confiança do ponto de vista quer aos consumidores, quer às empresas de um território que, mais uma vez, há mais de 4 anos tem os seus impostos nos seus mínimos alavancar a economia através do investimento público continua a ser aquilo que nós consideramos o melhor para o lançamento da economia. E, portanto, estando a tomar medidas aqui, medidas acolá, pequenas medidas aqui ou pequenas medidas acolá, não é um verdadeiro relançamento da economia. E é através do investimento público que se faz esse relançamento da economia e não é esperando por apoios em termos europeus que a Câmara de Loulé está a fazer esse mesmo investimento público. E, portanto, é de primordial relevância que deve ser mais uma vez sublinhado aqui, aquilo que é a definição da estratégia deste Município, que é através da alavancagem do investimento público que trará confiança para investimento privado. Este é um ponto importante.-----

O segundo ponto relevante que já há algum tempo, não sei se já foi comunicado aqui, que a Câmara está a elaborar um Plano Estratégico do Turismo e, portanto, desse ponto de vista aquilo que se pode dizer é que esse plano estava preparado, que do ponto de vista da pandemia veio alterar as circunstâncias, como é óbvio, e, portanto, há outras soluções e há outra forma como se deve intervir. E esse plano naturalmente virá para fora, para auscultação dos empresários, para auscultação dos agentes do turismo do ponto de vista da sua formulação. A Câmara tem neste momento uma candidatura do ponto de vista de fundos comunitários, em que é líder, a promoção turística e a promoção do turismo cultural ao nível do Algarve e que está também em conjunto com a RTA a fazer essa mesma promoção turística não só do concelho, mas da região que, como sabemos, o destino é a região, o destino não é o concelho. Depois de estar na região aí sim podemos por assim dizer chamar as pessoas, chamar esses mesmos turistas para o concelho de Loulé do ponto de vista destino integrado nesse destino Algarve. O plano estratégico formula isso mesmo, mas que a seu tempo será discutido. Também dizer e é muito importante nesta parte a Câmara de Loulé não tem esse conjunto de situações que está aí nesse Relatório. Há um conjunto de medidas que está no Programa de Ação Económica e Social que é bastante alargado e desse ponto de vista estamos a juntar mais um que será

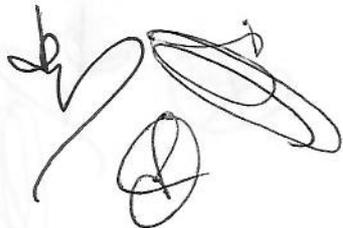


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

conhecido para a semana que é um extremamente profundo e inovador, como diz também, o Deputado Carlos Martins em relação à iniciativa dos táxis e que vou já responder a essa questão.-----

Por último e também muito importante é o Programa Digital do Interior, um investimento muito substantivo da Câmara Municipal de Loulé e, se isto não é investimento, se isto não é economia do ponto de vista de coesão territorial, sinceramente não sei o que é que é. E, portanto, desse ponto de vista investir quase 3.000.000,00€ num programa digital para o interior em que estamos a discutir que isto é uma bela região para estudar, é uma bela região para trabalhar, mas depois não conseguimos ter uma sede para teletrabalho ou uma sede de uma empresa no meio de Ameixial onde é que nós estamos do ponto de vista de desenvolvimento económico do nosso concelho. E, por isso, o Programa Digital do Interior tem um investimento brutalíssimo por parte da Câmara de Loulé, mas muito certo que trará resultados, é a meu ver um dos maiores pontos de alavancagem do ponto de vista económico do nosso território.-----

Por último e terminando do ponto de vista do relatório ao Deputado Carlos Martins ao fim de quatro semanas, esta iniciativa da Câmara de Loulé juntamente com todas as cooperativas de táxis e relevo aqui uma situação extremamente importante que foi os taxistas referiram uma coisa muito importante que agradecem à Câmara por os pôr a trabalhar, isto é muito importante do ponto de vista do que deve ser os apoios públicos é ajudar as pessoas, apoiar as pessoas no seu trabalho, a conseguir desenvolver o seu trabalho, a sua atividade, e essa há de ser sempre essa nossa tônica naquilo que é as várias propostas e iniciativas que vamos ter no futuro e brevemente. E estamos a referir que ao fim de 4 semanas estamos a falar de mais de 6000 entregas por parte dos taxistas no concelho de Loulé no valor total pago de cerca de 50.000,00€. Se fizer a conta, e isto é muito importante, sai por cada entrega 9€ e qualquer coisa. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que se vir a tabela do ponto de vista do Protocolo, os taxistas têm uma grande influência naquilo que são as entregas fora do meio urbano, ou seja, onde há de facto um valor um pouco maior do que aquilo que é em meio urbano. Ou seja, e por testemunho de muitos municípios que temos recebido e os taxistas têm trazido e também os restaurantes está neste momento a fazer entregas em locais nunca antes imagináveis e que as pessoas agradecem e sentem-se por assim dizer integradas no concelho de Loulé como tivessem em meio urbano e em jeito de pandemia ainda mais porque não se podem deslocar. E, por isso, desse ponto de vista continuaremos a fazê-lo porque achamos que estamos a ajudar não só os taxistas, como também a alavancar o negócio dos restaurantes, neste caso, mas também a ajudar as pessoas a manterem-se em casa a guardar a sua saúde, mas ao mesmo tempo a ajudá-las, também, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pertencerem à comunidade, mas também a ajudar a nossa economia.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que disse que iria pegar nas palavras do Senhor Presidente da Câmara, lembrando a atividade económica, naturalmente que a atividade económica é imprescindível para a economia e sem empresários não haverá economia, logo não haveria forma de termos o Município tão bem de finanças. Claro que quando o Senhor Presidente da Câmara fez menção que o município é muito procurado pelos investidores efetivamente é, mas no que diz respeito ao IMT que não é resultado do seu trabalho, Senhor Presidente da Câmara, nem do Executivo. É, digamos, provavelmente o resultado de todos os agentes económicos e cidadãos do Município que criam uma dinâmica geral resultando daí as transações. Não seria o Senhor Presidente da Câmara deveria utilizar este tipo de metodologia de sistematicamente vangloriar perante aqui esta Assembleia. No entanto, naturalmente não nos surpreende esta sua postura, naturalmente, eu compreendo que é usual fazê-lo. Mas eu queria lembrar-lhe aqui uma situação pelos números que eu tenho, depois o Senhor Presidente fará o favor de corrigir. A sua atividade real seria, por exemplo, licenças de construção. A média que o Senhor, efetivamente, consegue ao longo dos anos emitir por ano é na ordem das 300. No tempo do PSD, lembrando que os recursos que os Senhores têm hoje são muito mais amplos, isto é, têm muito mais dinheiro, portanto, têm mais receitas na ordem dos 50.000.000,00€ por exercício a mais que o PSD teve, ou seja, tem mais dinheiro que alguma vez teve, recolhe mais impostos dos cidadãos da atividade económica do que alguma vez se recolheu no Município, tem muitos mais meios, mais empregados, paga mais salários, consome mais meios, no entanto, produz muito mais finalização de trabalho real que é aquela que poderia promover a riqueza futura, ou seja, garantir que os empresários não passam extremas dificuldades nomeadamente nessa área de construção, resultando nisto o trabalho dirigido, entre outros, também aos empresários as licenças de construção e por vezes a Câmara não parece que funciona. Eu compreendo a Senhora Vereadora e o Senhor Presidente já explicaram que daí resultaram um conjunto de problemas e nós somos sensíveis a isso, compreendo, mas a diferença de 300 por ano para 1000, oh, Senhor Presidente, essa sim destrói a economia efetivamente. Demorar anos para conseguir uma licença, é verdade, essa sim é a sua atividade, essa é resultante da sua atividade, senhor Presidente, não é o IMT, não é que os empresários venham aqui à procura de investir, sim senhor, o Senhor empata, esse é que é um problema para nós. Gostaria que, levando em conta os imensos recursos que tem disponíveis, fosse capaz de fazer mais com menos. De um modo geral, o Senhor esforça-se muito, o seu Executivo esforça-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

muito, os cidadãos são sensíveis e o PSD tem estado sempre disponível para ajudar, para apoiar na medida do possível, tem estado ao seu lado em especial neste ano de 2020, 2021 que tem sido muito difícil governar o Município, compreendemos isso, mas por favor, a economia precisa de mais engenho, de mais arrojo. O Senhor tem tido disponibilidades financeiras na ordem dos muitos milhões, tem um orçamento de 190.000.000,00€ e o que é que atribuiu à economia? Nada, do ponto de vista direto, nada. Na verdade, nós temos um desemprego galopante, destrutivo, propulsor de miséria, pobreza, eu compreendo que o Senhor vai apoiar as pessoas mais necessitadas e a população é grata e desde já um membro do PSD já o disse, Iolanda Melo, mas precisamos de muito mais para assegurar a sobrevivência das microempresas, quer também assegurar o emprego. Não é só o Governo central que infelizmente não tem capacidade de o fazer, nem tem sido célere a apoiar os empresários por isso é que a miséria está a alastrar-se de uma forma inaceitável levando em conta os recursos do concelho de Loulé tem disponíveis. O repto que faço, Senhor Presidente, pela enésima vez é este. Seja mais consciente. Utilize os meios de uma forma mais correta, dirigindo a atividade económica real, mas de uma forma real como outros municípios fizeram, nomeadamente, Lisboa que, inclusive, apoiou as rendas, não só como o Governo foi insuficiente e deixou muita gente para trás. O Senhor tem meios para o fazer e não o faz, não sei se é por uma questão ideológica, se é uma questão de filosofia de trabalho, porque a questão da legalidade já não encaixa, já ninguém leva isso a sério, utilize outra linguagem. O repto final, Senhor Presidente, a economia real é uma coisa diferente daquilo que o Senhor apregoa. O Senhor e o seu Executivo estão desfasados da economia real. Portanto, o que eu lhe peço é que observe como é que funciona a economia real, quais são as necessidades reais, e seja sensível aos problemas reais.-----

Pedi para intervir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins), que referiu que gostava de começar a minha pequena intervenção com uma nota de parabéns ao Executivo uma vez que a própria oposição na boca do Deputado que me antecedeu reconhece que não percebendo como é que a economia está no mínimo, que os impostos no mínimo, como o Senhor Presidente já o disse várias vezes, o Senhor Presidente da Câmara à sociedade, a oposição reconhece que a Câmara ainda assim consegue arrecadar mais impostos do que alguma vez arrecadou. Ora, se os impostos vêm da atividade económica provavelmente há aqui uma contradição e a atividade económica deve estar em alta, pelos vistos, ou pelo menos na boca do Senhor Deputado assim parece.-----

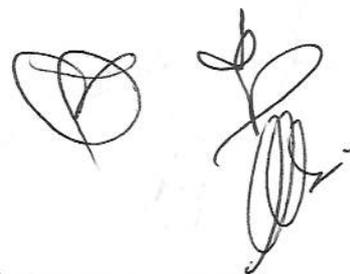


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mas não era disto que eu queria falar. Queria dar os parabéns também e reforçar aquilo o nosso Vice-Presidente disse e mais uma vez chamar a atenção para a importância que tem o Programa Digital do Interior. É um dos programas mais aguardados por toda a população do concelho de Loulé, nomeadamente, os empresários. Os empresários do interior queixam-se, e com razão, que estão excluídos de uma série de benefícios que a sociedade de informação lhes traz, da comunicação com os clientes, de poderem utilizar determinadas plataformas para promoverem os seus produtos e o Programa Digital para o Interior vai trazer, efetivamente, um valor acrescentado ao território e vai permitir que algumas pequenas e médias empresas e não só, e se calhar algumas maiores, acabem por se instalar no interior do concelho com todas as vantagens que daí advêm e que não vale a pena estarmos agora a dizer, porque toda a gente reconhece. E, mais uma vez, os nossos parabéns à Câmara Municipal de Loulé, pois este programa vai ser, juntamente com o outro programa, o GeoParque, um dos grandes saltos de qualidade relativamente à economia do interior do concelho.-----

Por outro lado, queria também, mais uma vez, aqui falar do Programa dos Táxis porque a discussão nesta Assembleia muitas vezes centra-se e, eu percebo que a maior parte das pessoas nesta Assembleia é de Loulé, Almancil e Quarteira e centra-se nesta área, mas eu gostaria de lembrar a toda a gente, que o sucesso deste Programa é também que permitiu que alguns pequenos restaurantes, nomeadamente aqui de Alte façam entregas em Loulé e Quarteira, coisa que nunca tinha acontecido até hoje. E que ao contrário também algumas aldeias do interior da nossa freguesia e do Ameixial também, por exemplo, mais longínquos, recebam refeições completas que vêm de Loulé e de Quarteira também. E, portanto, são situações que promovem a economia, que dão trabalho, como disse o Senhor Vice-Presidente, aos restaurantes, aos *take-aways*, aos táxis, e permitem que alguns dos nossos residentes, alguns até com muita dificuldade em se deslocar aos grandes centros, possam usufruir de alguns produtos que de outra maneira nunca teriam acesso. Por isso mais uma vez por tudo isto, os meus parabéns, continuem, é por aí o caminho.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que para responder de forma breve ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara ou não me ouviu ou não me quis ouvir, que já é habitual que o Senhor fuja às questões quando elas não lhe interessam. O que eu perguntei foi na realidade com base na contestação de um determinado número de programas que o Senhor implementou no seu relatório que aqui nesta Assembleia apresentado, o Senhor apresentou para lidar com a crise, nomeadamente a crise na área do comércio do Município de Loulé e o Senhor elencou 8 programas. E dos 8 programas que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Senhor elencou, 6 não têm consequências diretas no tecido económico de Loulé. E a pergunta, Senhor Presidente, que medidas alternativas tem? E o Senhor vem falar em programas de investimento em Boliqueime daqui a 5 anos, daqui a 6 anos, daqui a 10 anos, nas calendas, provavelmente algum dia serão concretizadas. Vem falar de projetos de remodelação da zona industrial de Loulé, vem-me falar de medidas que iremos tomar. Senhor Presidente eu não quero saber das medidas que vai tomar, quero saber das medidas que o Senhor já devia ter tomado há 2 meses atrás porque as carências dos empresários são já de há 2, 3 meses atrás, não são para daqui a 6 meses. E é isso que o Senhor não entende, é isso que o Senhor não responde. E, claro, obviamente, com a sua astúcia que por um lado eu lhe reconheço, formula questões que não tem qualquer fundamento e a dizer que nós na realidade não percebemos nada disto, que sem a economia não existe nada, que o Senhor Vice-Presidente vem dizer que não há economia sem investimento público, área superior a 2%. Nós queremos é soluções neste momento para resolver o problema e mitigar o efeito desta pandemia que está no tecido económico e o Senhor Presidente da Câmara até ao momento ainda não apresentou uma medida estruturante para além daquelas duas que eu elenquei que na realidade são o mitigar o efeito da pandemia, mas na realidade são muito poucos, muito ténues para aquilo que se esperaria deste Executivo.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, referindo que queria apenas fazer aqui uma pequena reflexão depois de ter ouvido as intervenções, particularmente por parte do Executivo Municipal e não pondo em causa de forma alguma o esforço e a vontade em tentar ajudar o tecido económico do concelho e a atenção que tem sido dada na parte social, mas penso que tenho a obrigação de fazer refletir aqui um bocadinho, Senhores Deputados, aquilo que se está a passar no nosso concelho. Sob pena que, se não for encarada a realidade como deve ser encarada nós venhamos a pagar dentro em breve este desconhecimento ou pelo menos o afastamento da realidade. Ontem li que o concelho de Loulé é o quarto concelho a nível nacional com o maior número de desempregados no nosso país. Bom, isto, desculpem lá, alguma coisa está errada. Se a Câmara faz um esforço tão grande, e tem feito certamente, e o concelho de Loulé está no topo do índice de desempregados a nível nacional ou a Câmara não está a fazer aquilo que deveria estar a fazer ou está a fazer o esforço que não é o mais indicado. Isto são reflexões de ordem geral.-----
Depois ouvi dizer que penso que devíamos pensar o seguinte. Os funcionários públicos felizmente têm a garantia do Estado na manutenção dos seus ordenados e do seu emprego. Os privados e particularmente aqueles dependentes do turismo, esses estão completamente abandonados e sem ninguém. Essa é a maior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

fatia de desempregados do concelho de Loulé e que se nós não tivermos cuidado em enfrentarmos desde já com medidas sérias este problema, dentro em breve nos próximos meses vamos ser confrontados com a exigência por parte desta gente de que não tem nada, nem para comer tem. É fácil, efetivamente, e eu não concordo com aquilo que o Senhor Presidente disse relativamente à capacidade de captação de investimento do concelho de Loulé, eu penso que não tem sido só as Câmaras essencialmente a cativar os empresários a virem para o concelho é a própria localização do concelho, é a própria atratividade do concelho, proximidade, é uma série de circunstâncias que faz com que os empresários procurem o concelho de Loulé para se estabelecer, mesmo com as dificuldades que nós sabemos com a burocracia tem e já tinha no meu tempo, também, mas mesmo assim eles continuam a insistir em vir para Loulé e, portanto, é aí que talvez o Executivo de Loulé deveria tentar melhorar. Diminuir a burocracia, tornar mais fácil o acesso à fixação de empresários, incentivar de uma forma muito mais objetiva a sua fixação, pelo menos para assumir esta parte dos funcionários. Nós sabemos que o investimento que está a ser feito o investimento nos táxis ou no GeoParque no interior, ou o que quer que seja, portanto, noutra tipo de iniciativas é importante. Mas a grande massa de emprego no concelho é efetivamente na zona do litoral e é aí que se nota as maiores dificuldades. Porque no interior, mesmo sem trabalho e sem emprego, conseguem ter um bocadinho de terreno, cultivar, ter animais e vão sobrevivendo, mas no litoral isso não acontece. O indivíduo que não consegue ter o ordenado ao fim do mês, que não paga a renda da casa e que tem três ou quatro filhos, entra no desespero. É só essa reflexão que eu queria fazer esta pequena reflexão, sem pôr aqui em causa o trabalho e o esforço que a Câmara tem feito para contrariar esta situação dramática que nós estamos a viver.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que referiu que como membro desta Assembleia Municipal chocou-me ouvir a resposta dada pela Senhora Vereadora Heloísa a uma cidadã sobre um requerimento de 17/10/2019 para um licenciamento de construção de uma moradia, piscina e urbanização. Fiquei confuso como é que é possível o Município demorar 14 meses a responder a um simples pedido de licenciamento. Será possível isto acontecer nesta altura? Onde tudo está informatizado e normalizado? Só me resta concluir que a burocracia continua a mandar na Câmara apesar de tantos recursos humanos e tanto dinheiro que por aqui passam. Apesar da crise económica registamos com agrado que os gastos do Município são superiores a 60.000.000,00€ e que as receitas do IMI aumentaram quase 2.000.000,00€ em relação a 2020, sinal que as pessoas e as empresas acreditam neste Município. Por outro lado, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

compreendemos a redução das despesas em detalhes de investimento ou nas transferências financeiras numa altura em que deveria ser mais elevada tendo em conta a crise atual.-----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**, que referiu que de facto não temos nada a comentar do que foi dito até porque são questões recorrentes em várias circunstâncias temos respondido e, neste momento, não temos nada mais a comentar.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

b)- **Proposta 01/2021- Deliberação** relativa à **Prorrogação do prazo de vigência do estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira Nascente)**, no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé [**Proposta da Câmara Municipal n.º 127-2021 e 1887-2020**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação deste ponto, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que referiu que não é um assunto novo uma vez que ele foi aprovado uma primeira vez em reunião de Câmara em janeiro de 2019, depois esteve em discussão na Assembleia Municipal onde foi aprovado. Trata-se da aprovação de medidas preventivas numa zona de Quarteira Nascente, numa área significativa, 234 hectares, em que tinha um índice de construção, coeficiente de ocupação do solo de 0,7 e no âmbito das medidas da altura que aprovamos, passaram para 0,2. Razões, como na altura dissemos elas são as mesmas, são naturalmente, em primeiro lugar, razões de âmbito ambiental, há uma zona húmida, uma zona florestal extensa, uma zona de habitats de espécies raras em alguns casos que ali se reproduzem e a carga de acordo com o PDM, que suspendemos para aprovar estas medidas preventivas, que hoje vêm aqui a prorrogação de mais um ano, a carga na altura prevista para lá era extraordinariamente intrusiva num território que tanto valor tem ambiental.-----

Depois queria dizer que nós temos em estado avançado uma proposta que está neste momento no ICNF para a criação de uma reserva natural local na foz do Almargem e no Trafal que abrange apenas uma pequena parte da área dos 234 hectares, portanto, esta zona, esta área protegida que nós vamos criar ali, exatamente para salvaguardar estes valores e estes ecossistemas com uma riqueza de biodiversidade assinalável, este projeto é também para ligar à ligação de um corredor verde que sairá da cidade de Loulé e que irá até Quarteira na foz da ribeira de Almargem. Há aqui razões bastantes para que nós possamos aprovar



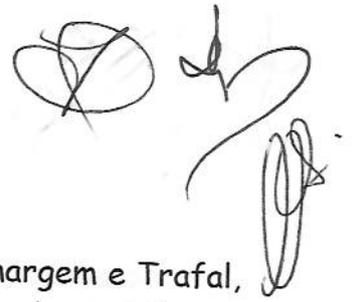
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

em sede de PDM quando for na altura aprovado o novo PDM, um índice de ocupação daquele território bastante abaixo do 0,7 até porque isso seria uma massa de construção que do meu ponto de vista iria desvalorizar muitas pessoas que compraram casas e que têm moradias e residências em Quarteira e com aquela área toda urbanizada de acordo com o PDM atualmente em vigor, mas neste caso suspenso era todo o recinto turístico de Quarteira que iria perder valor. Em nome dos investidores de Quarteira, nas segundas habitações turísticas e, sobretudo, em nome dos valores ambientais que muito prezamos nós tomamos estas medidas e agora propomos aqui em Assembleia Municipal a prorrogação por mais um ano dessas medidas, tal como prevê a lei.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que agradeceu os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, na verdade não são temas novos, esta proposta veio cá para estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da revisão do PDM, no Plano Pormenor Quarteira Nascente. Nós pelas razões enunciadas na altura votamos contra a proposta, achamos que havia acordos determinados que deveriam ser cumpridos, esperemos que no futuro não tenhamos nenhum dissabor quanto às questões jurídicas que devem ser analisadas no âmbito deste contrato. Hoje, novamente, vem cá esta proposta, mais uma vez para prorrogação do prazo, quase mais 12 meses, pelos motivos enunciados na altura e pela declaração de voto na altura, estamos alinhados com a mesma orientação e nesse sentido iremos hoje pronunciarmos da mesma forma.--

Pedi para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que perguntou ao Senhor Presidente da Câmara nesta matéria. No projeto que estava situado que o Senhor aqui faz menção no Parque de Campismo de Quarteira o senhor baixa a densidade de construção. E agora pergunto se o edifício que está no Cavalão Preto, que já foi licenciado, esse edifício foi beneficiado por mais um piso de construção do que estava programado que é junto à praia, em cima da praia, efetivamente na praia e que foi na sua frente construído um passadiço de madeira e uma área ajardinada. Em primeiro lugar se esse edifício lhe foi possibilitado construir mais um piso de construção, ou seja, subir a densidade, em cima da praia, e se eles construíram a troco desse benefício aquele jardim à frente com toda a beneficiação da área envolvente do parque de estacionamento.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que referiu que apoiamos as medidas preventivas porque achamos que elas são realmente razoáveis e exigiam ser tomadas e também iremos apoiar a proposta da Câmara de prorrogação do prazo por mais um ano destas medidas, acreditando que todo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

processo e classificação de toda a área envolvente da Foz do Almargem e Trafal, ponto de paisagem protegida local seja recuperado no processo de revisão em curso do PDM.-----

Respondeu a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que disse estar realmente estupefacta com a afirmação porque se há coisa que por onde nós nos regemos é exatamente o que está estatuído nos loteamentos que estão aprovados. Esses loteamentos dão determinados direitos de construção e esses direitos de construção no âmbito da aprovação dos alvarás do loteamento exigem a edificação de obras de urbanização, neste caso foi a requalificação daquela área e os passadiços foram as zonas verdes e de uso coletivo que foram previstas no âmbito desse alvará de loteamento porque aquela parte foi a cedência à Câmara, foi o terreno de cedência à Câmara que era terreno privado do promotor. Aquela obra não foi feita em terreno público, passou para domínio público com emissão do alvará do loteamento. E pode ter a certeza que não houve negociatas nenhuma, isso é de outros tempos, se calhar está-nos a confundir com outras situações próximas de si. Nos mandatos deste Executivo isso nunca irá acontecer.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que referiu que gostava se fosse possível, porque acho que este tipo de insinuações feitas pela Senhora Vereadora, não cabe, não deviam caber. Senhora Vereadora, é com todo o respeito e consideração que tenho pela Senhora não lhe fica bem fazer esse tipo de insinuações. Para mim não tem qualquer tipo de cabimento, pois toda a gente sabe que os 12 anos que tive na Câmara nunca negocie qualquer coisa desse tipo e ao Joaquim Vairinhos, penso que também não, somos os únicos que aqui estamos que podemos falar dos nossos tempos. E, portanto, a Senhora, do meu ponto de vista, poderá defender muito bem e acredito que a Senhora não faça negociatas com ninguém, digo-lhe sinceramente, mas escusa de estar com esse tipo de insinuações veladas que nem dignificam a Câmara, o Executivo, nem a Assembleia Municipal, nem os ex-Presidentes, neste caso eu e o Joaquim Vairinhos, e, portanto, eu acho que não correspondem minimamente à realidade.--

Pedi para intervir, o Senhor **Presidente da Câmara**, que quis responder ao que o Senhor Seruca disse é que na verdade, a Senhora Vereadora só respondeu daquela maneira, um bocado mais digamos um bocado mais contundente exatamente porque foi levantada uma grave suspeição insinuando uma negociata tal como a Senhora Vereadora disse isso neste Executivo não se passa. Quanto a outros, bom, eu não quero estender-me aqui na conversa, mas eu tenho situações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ocorridas no passado que me deixaram algumas dúvidas, que naturalmente todos nós temos, mas que me deixaram algumas dúvidas, e muito bem perto daqui da cidade de Loulé. E, portanto, não quero, não tenho razão nenhuma para afirmar de que houve qualquer situação de favorecimento ou não, objetivamente não tenho, mas que fiquei com dúvidas fiquei, mas eu depois, enfim, poderei até esclarecer isso pessoalmente com o Doutor Seruca Emídio numa outra conversa.

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que respondeu que assim, a emenda ainda é pior que o soneto, como se costuma dizer. É só para dizer ao Senhor Presidente da Câmara Doutor Vítor Aleixo que eu não tenho qualquer dúvida relativamente à sua postura enquanto Presidente da Câmara, à sua honestidade e dedicação, em tudo aquilo que faz e que assina. Se me vierem falar mal do Senhor Presidente da Câmara a dizer que fez negociatas ou alguma coisa de negativo eu vou dizer "não pode ser que eu conheço o Doutor Vítor Aleixo nessa perspectiva e, portanto, há aí alguma coisa que não está bem contada". Agora, depois da intervenção do Senhor Presidente que levantou uma nuvem ainda mais densa sobre situações que se passaram na Câmara anterior a ele lá estar, o repto que eu aqui lanço é que se sabe de alguma coisa que diga publicamente, eu acho que era o sítio ideal para nós esclarecermos as situações que eu estou perfeitamente tranquilo em relação a essa matéria. E o Senhor ao dizer que depois quando estiver comigo pessoalmente sozinhos os dois me dirá, está indiretamente a dizer que no meu tempo se passou qualquer coisa que não quer dar conhecimento, neste momento. E isso é que eu não posso ficar calado e depois ficar à espera primeiro das insinuações da Senhora Vereadora e agora, ainda por cima, do Senhor Presidente.

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que se dirigiu ao Deputado Seruca Emídio, dizendo que tal como o Senhor em relação a mim, posso dizer que retribuo exatamente na mesma moeda aquilo que me disse em relação, retribuo também, não tenho razão nenhuma objetiva para pensar que o Senhor não tenha desempenhado as suas funções com a transparência e a honradez como eu desempenho estas minhas agora atualmente. Mas deixe-me dizer-lhe, já que o Senhor me puxa pela língua, uma situação que me ficou no pensamento. Mas, Doutor Seruca Emídio, isto provavelmente é uma dúvida que podemos até revisitando os processos podemos esclarecê-la, não vale a pena, julgo eu, estarmos aqui neste pingue-pongue que provavelmente entre nós esclareceremos satisfatoriamente esta questão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Respondeu o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que talvez eu consiga esclarecer já, para toda a gente ouvir. Era o ideal.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, interveio, referindo gostava muito que assim fosse, nós temos é uma agenda e estamos num ponto avançado. Vocês levaram a discussão para um ponto que eu acho que em vez de esclarecer, confundiram. Eu sugiro o seguinte, o Senhor **Presidente da Câmara** refere o caso em que estava. Pedindo eu que o fizesse em 45 segundos, 1 minuto, o Senhor **Deputado Seruca Emídio** responderá, eu peço que seja o mais contido possível para que não ficassem dúvidas nenhuma e se for caso disso no período da antes da ordem do dia da sessão do dia 1 de março, que é já na segunda-feira, nós regressaremos a esta questão. Se isto vos parece aceitável, que eu devo dizer que a mim parece.-----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**, que não se opõem que este assunto abra na reunião de Câmara. Não me oponho. E, portanto, ficamos por aqui agora e poderemos no dia 1 de março abordar este assunto.-----

Respondeu o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, referindo que não se opõe a nada disso, eu só gostava que fosse aqui apresentado a situação porque acho que era importante que ficássemos a saber qual é a dúvida que existe. Talvez não fosse necessário chegar a dia 1, talvez ficasse esclarecido já esta noite.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que referiu que eu, em 2001, quando saí da Câmara, tive aqui uma pressão enorme para licenciar um bloco aqui na Avenida José da Costa Mealha, tem um nome, não me lembro o nome, para permitir mais um piso e eu opus-me sempre porque era essa a informação. Eu saí da Câmara na altura, o prédio foi construído e lá tem mais um piso em cima. Portanto, fiquei sempre com dúvida, fiquei sempre com dúvida. Eu não estou a dizer com isto, repare, eu não estou a dizer com isto que tivesse havido, também não me importei mais com isso, isto surge depois desta troca de palavras, mas fiquei sempre na dúvida o que se terá passado ali, porque eu sempre me opus a que fosse construído mais um piso. E ali depois eu saí e ele foi construído.-----

Respondeu o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, referindo que não sabe qual o prédio, o piso, a que se está a referir, mas naturalmente quando foi aprovado foi aprovado segundo o parecer do responsável técnico do urbanismo da Câmara. Por aí não tenho mais a acrescentar que isso, nem sei qual é o prédio a que se está a referir. Não tenho ideia, foram tantos que na altura aprovávamos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

se bem que na Avenida. Mas eu penso que é uma suposição que ficou marcada pelas circunstâncias das eleições e que depois coincidiram com isso, provavelmente, não sei. Mas eu não tenho qualquer ideia, e por mim não passou nenhuma negociação relativamente a isso, como é evidente.-----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que também não estava a dizer isso.-----

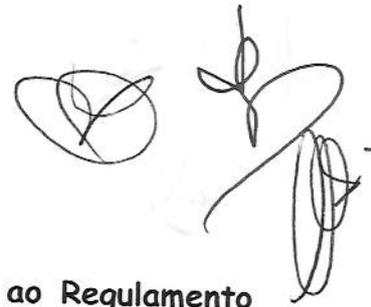
Respondeu o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que também não lhe admitiria isso.-----

Pedi para intervir, o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referindo que, em primeiro lugar, a minha intervenção foi colocar questões, e a Senhora Vereadora naturalmente não tem que, eventualmente, se considerar ofendida, pois não está na posição política de estar ofendida. Aqui eu não faço acusações, provavelmente haveria algumas para fazer, mas eu não fiz nenhuma. Perguntei só, "há alguma alteração de acrescentar mais um piso em relação ao edifício ao lado em troca de benefícios, isto é, construção da área adjacente para benefício público em relação ao promotor do projeto?" Uma coisa muito simples. Se, eventualmente, a linguagem não foi precisa é uma coisa, agora a Senhora Vereadora vitimizar-se e ser ofensiva e de uma forma desproporcionada atingir o bom nome de todas pessoas envolvidas até porque eu nunca desenvolvi atividade executiva, não tenho atividade política relevante nessa área, contrariamente à Senhora Vereadora não compreendo essa sua intervenção e desproporcionada. Aliás, é típica da Senhora roçar a falta de educação, não é essa a sua posição, não foi por isso que foi eleita, mas sim para trabalhar coisa que não faz.-----

Passou-se à votação;-----

b)- Proposta 01/2021- Deliberação em relação à Prorrogação do Prazo de Vigência relativa às Medidas Preventivas Quarteira Nascente no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé [Proposta da Câmara Municipal n.º 127-2021 e 1887-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-, foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor, 24 do PS e 1 do BE (Carlos Martins) e 10 votos contra, 9 do PSD e 1 do CDS (António Farrajota).-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

c)- Proposta 02/2021- Deliberação relativa à 1ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Nascente de Quarteira (PPZNQ), Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do disposto do n.º1 do artigo 90.º, conjugado com o n.º1 do artigo 119.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal n.º 196-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação deste ponto, foi cedida a palavra à Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, que enunciou que o assunto já foi debatido em Assembleia e dado que se trata de uma mera alteração regulamentar para adequar o regulamento deste plano à realidade e às concretizações que têm sido lá levadas a cabo, eu penso que não há esclarecimentos a dar, mas coloco-me à vossa disposição para qualquer questão que possam ter.-----

Passou-se à votação;-----

c)- Proposta 02/2021- Deliberação relativa à 1ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Nascente de Quarteira (PPZNQ), Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do disposto do n.º1 do artigo 90.º, conjugado com o n.º1 do artigo 119.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal n.º 196-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se aos pontos seguintes;-----

d)- Proposta 03/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 34.000.000,00€, com o Banco BPI, nos termos definidos no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual, conjugado com a alínea f) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na versão atual [Proposta da Câmara Municipal n.º 216-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 04/2021- Deliberação relativa à Lista de Investimentos - Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 34.000,000,00€ (trinta e quatro milhões de euros), nos termos definidos no n.º 2 do artigo 51.ºç da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 215-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para a apresentação destes pontos, foi cedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão** que referiu, em nota prévia, como não houve tempo e foi falado a questão do desemprego no concelho de Loulé, dizer que no dia 1 de março, na segunda-feira, irei fazer uma exposição daquilo que é a monitorização do desemprego no concelho de Loulé, bem como aquilo que foi falado aqui e aquilo que foi a comparação na crise de 2011 e a intervenção desta Autarquia em relação ao emprego e ao desemprego que atingiu valores elevadíssimos. Basta um desempregado para termos logo aqui políticas que temos que fazer em conjunto com o Governo nestas partes.-----

Mas vamos ao empréstimo que acho que é importante. Deste ponto de vista referir o seguinte, foi aprovado o Orçamento Municipal, no final do ano passado. Nesse orçamento estava previsto aquilo que estamos aqui a discutir hoje que é não só a incorporação do saldo praticamente nos 100% essa incorporação do saldo, bem como a contração deste empréstimo. Enquanto a integração do saldo é para um conjunto de investimentos e de rubricas que se encontravam indefinidas e, portanto, esse saldo é para a concretização e execução desses mesmos investimentos ou atividades municipais relevantes. Em relação ao empréstimo e, é onde me vou concentrar que, provavelmente, irá surgir alguma discussão ou algumas interrogações sob o ponto de vista da aplicação dele mesmo. O empréstimo foi e segundo a legislação ele tem que ser consultada no mínimo 3 entidades, neste caso foram consultadas, penso eu, 10. O júri constituído, que é o júri técnico dos dirigentes técnicos por parte da Câmara concluiu, e segundo a minha opinião também bem, de que a proposta mais indicada para a contração deste empréstimo seria do banco BPI. Posso depois justificar em várias questões, mas ele está inteiramente explanado aqui neste documento. Referir o seguinte, e penso eu que essa é provavelmente a parte mais importante, a contração do empréstimo não põe em causa, por assim dizer, a taxa de endividamento, a taxa de esforço do Município de Loulé em relação ao endividamento de médio e longo prazo que, atualmente, se encontra nos cerca de 11%, 12% atinge valores à volta dos 30% com a contração deste empréstimo que está dividido em 2, como podem ver nos documentos e que pode ser utilizado ou não nos próximos 2 anos que é a maturidade dele. Eu chamava a atenção e, se o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia permitir, eu iria expor aqui só uma pequena apresentação para perceber a evolução do endividamento por parte da Câmara Municipal de Loulé para ficar claro de que este empréstimo não põe em causa o equilíbrio financeiro da Câmara e contribui para um investimento público substancial que, aliás, já se fez no passado, nomeadamente, na parte do saneamento básico e em relação a várias infraestruturas municipais. E, portanto, desse ponto de vista não põe em causa. Vou partilhar só o ecrã. Aqui é a evolução



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

da dívida de médio e longo prazo do Município de Loulé. Como podem ver a azul é a evolução e a trajetória que iríamos ter caso não contraíssemos o empréstimo e com a contração do empréstimo e se ele for todo utilizado atingimos um nível de endividamento no seu máximo em 2023 que é o período de 2 anos que ele pode ser utilizado e que há carência de capital e aqui há a evolução para 40.000.000,00€ e depois a descida natural desse mesmo endividamento. Em relação à evolução dos encargos em relação com a dívida de médio e longo prazo que também não põe claramente em causa como podem ver por esta evolução em termos de encargos, para o Município de Loulé estamos a falar de um aumento que passa ligeiramente acima dos 4.000.000,00€, enquanto que depois há uma trajetória de dinâmica daquilo que sendo que aqui, como diz aqui abaixo, inclui o serviço da dívida do Parque das Cidades. Por último, e penso que também é importante que são as datas dos vários termos de empréstimos que estão neste momento a finalizar-se na Câmara Municipal no qual eu chamo a atenção um de 2027, como podem reparar este antepenúltimo, a 15/11/2027 há um empréstimo substancial que vai terminar e que põe, de facto, o endividamento da Câmara a níveis muito baixos. Depois é a taxa de juro atual de cada um deles, o capital da dívida de cada um deles, portanto, foi feito este exercício por parte da Câmara e por parte do departamento financeiro para perceber se o nível de investimento que vamos ter que é muito importante para alavancar a economia, mas também o equilíbrio das finanças públicas para mantermos aquilo que consideramos fundamental que é o nível de impostos no estado em que ele se encontra. Era isto também que eu queria partilhar, para dar esta nota e à disposição para qualquer esclarecimento quer sobre o empréstimo, a lista de investimentos ligado ao empréstimo, a revisão e a integração do saldo dessa revisão orçamental, bem como a lista de compromissos plurianuais associadas a essa revisão orçamental.---

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que o Vice-Presidente fez também a apresentação das alíneas;-----

f)- Proposta 05/2021- Deliberação relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 148-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

g)- Proposta 06/2021- Deliberação relativa a Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 177-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para uma intervenção foi dada a palavra ao Senhor Deputado Calçada Correia (PS), que quis abordar duas questões. É claro que considero que, analisando todo o trabalho apresentado quanto à contratação deste empréstimo, considero que foi, efetivamente, efetuada uma boa negociação relativa a este empréstimo. Mas há uma coisa que eu queria referir que é o seguinte, não há dúvida que com o BPI estes 34.000.000,00€ são divididos em 2 empréstimos que têm uma diferença relativamente ao spread de 17.000.000,00€ de 0,785 e o outro tem o spread de 0,875. A questão que coloco é se estes 2 empréstimos estão diferidos em termos de data, o momento de arranque do segundo empréstimo se está diferido em termos de empréstimo relativamente ao primeiro empréstimo. Isto porquê? Portanto, estes 34.000.000,00€ são relativos em termos de utilização para 2 anos, pressuponho que em termos de plano de investimento o primeiro empréstimo de 17.000.000,00€ tem o horizonte de utilização de 1 ano, o segundo também de 1 ano, mas no segundo ano. E isto porquê? Para esclarecer, isto tem a ver com o problema da comissão de imobilização. Se de facto houver um diferimento não se justifica, não é justificável, no fundo arrancar os 2 empréstimos no mesmo dia, não é justificável estarmos a pagar uma comissão de imobilização sobre um montante significativo que não vai ser utilizado a não ser que no diferimento no tempo significativo.-----

Gostaria de referir outra questão, eu congratulo-me muito de estar associado a este empréstimo um compromisso formal da Câmara perante a Assembleia Municipal de que a aplicação destes financiamentos são para um conjunto de obras que totalizam 101.150.000,00€ perfeitamente identificados. Isto quer dizer a Câmara se compromete formalmente a arrancar durante estes 2 anos com este conjunto de obras. Portanto, não pode ficar nenhum deste conjunto de obras para trás, como se costuma dizer, em finais de 2022, ou melhor dizendo, em março de 2023 não pode nenhuma delas sem ter arrancado. E, por outro lado, há aqui uma questão. Que no fundo muitas destas obras estarão sujeitas eventualmente a projetos e depois todo o trabalho, todo o tempo de adjudicação de obra, contratação das obras. Portanto, presumo que é assim, há este compromisso no tempo dos 2 anos. -----

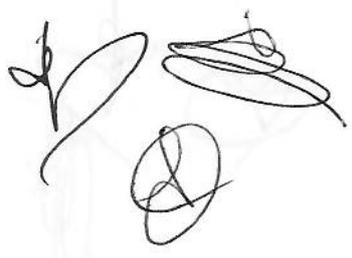


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Senhor Presidente da Assembleia, recorda que estão a discutir apenas as alíneas d) e e), não houve consenso que fossem então discutidas as 4 em conjunto, portanto, estamos a discutir as alíneas d) e e). -----

Pedi para intervir, o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD) referindo, primeira exclamação, quem os viu e quem os vê. Na realidade, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente não estava cá na altura, mas deixe-me avivar-lhes a memória. Senhor Presidente da Câmara em 2014, 2015, 2016 e 2017 fez cavalo de batalha, mote de campanha eleitoral a ilusão de que tinha herdado uma dívida colossal do anterior Executivo e este engodo que temos que arrumar a casa, que encontramos uma casa falida, serviu para camuflar claramente a capacidade deste Executivo em fazer aquilo para tal e qual foi eleito mas, sobretudo, para os munícipes que de alguma forma sufragaram o programa eleitoral do Partido Socialista. As obras que estavam elencadas nesse programa de 2013-2017 na nossa ótica já deviam ter sido concluídas e que por mero acaso, são aquelas que nos traz hoje este Executivo para serem aprovadas na sua maioria e que fundamentam claramente um pedido de contração de um empréstimo e que obviamente essas promessas não passaram mais de intenções, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara já nos habitou ao longo destes 7 anos de mandato.----- Mas para deixar também aqui claro que o Senhor Presidente recordo-lhe que o empréstimo contraído pela Câmara Municipal de Loulé em 2011 no âmbito do PAEL, ou seja, no âmbito do Plano de Apoio à Economia Local no valor de 145.000.000,00€, que o Senhor Presidente tanto criticou e que serviu de mote à campanha eleitoral, os Senhores saldaram, liquidaram integralmente em meados de 2017, 2 anos após entrada neste Executivo Socialista na Câmara Municipal de Loulé. Contudo apesar de terem antecipadamente pago esse empréstimo porque pagaram em 2017, obtiveram desde 2014 até à recente data praticamente um excedentário, um superavit claramente na ordem dos 75.000.000,00€ anualmente. Para quem teve disponibilidades financeiras na ordem desta monta, 75.000.000,00€ anualmente, é incompreensível que nada se tenha feito, que nada se tenha concretizado, que nada se tenha materializado quanto às promessas eleitorais 2013-2017 e, concretamente, quanto à construção da Circular Norte, quanto à ampliação da rede de esgotos, quanto à ampliação do Mercado de Quarteira e, enfim, podíamos estar aqui a debater. Obras que curiosamente vêm agora.-----

O que eu queria concluir e colmatar é que na realidade vêm agora concretizar-se as obras que já deviam estar concluídas há algum tempo, provavelmente há 7 anos atrás, através da contração de um empréstimo 2 vezes superior àquele que o Senhor Presidente da Câmara tanto criticou e que se serviu de uma forma muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

clara para inibir, para camuflar a ausência de dinâmica, a ausência de resolução dos problemas deste Município. Quem é que acreditará agora que o Senhor Presidente 8 anos após a sua investidura como Presidente desta localidade e tendo nestes 7 anos e meio decorridos nada feito venha agora em campanha eleitoral, ao fim e ao cabo estamos já numa campanha eleitoral, afirmar que agora é que é, agora é que vamos concretizar tudo, aquilo que prometi aos louletanos, mas que tem de ser através de um empréstimo porque já estourei todo o dinheirito que tinha no cofre, quer no pagamento de favores, quer no pagamento da minha ascensão política substituindo-se a maior parte das vezes a obras e que denunciámos, da responsabilidade do Governo Central.-----

Para quem nos ouve lá fora certamente e para terem uma ideia dos valores e factos que falamos, o Senhor Presidente e este Executivo no período de 6 anos quando comparado com o outro Executivo do Partido Social Democrata liderado pelo Senhor Seruca Emídio recebeu mais, arrecadou mais em impostos 51,2 ME mais do que o anterior Executivo. Mas se o anterior Executivo do Partido Social Democrata com menos 51,2 ME de receita construiu e remodelou 25 equipamentos escolares, construiu o Centro Autárquico de Quarteira, remodelou o Mercado de Loulé, construiu o Hospital de Loulé, construiu as Piscinas de Quarteira, dezenas de obras, construção de redes de esgotos e abastecimento de água e construção de lares, como é que se explica que este Executivo Socialista desde 2014 até à data com uma receita total de perto de 800.000.000,00€ e tendo recebido mais 51.000.000,00€ em impostos que o anterior pouco ou nada tenha feito para colmatar as necessidades resultantes em respeito à Educação, não construiu nenhuma escola, à exceção da D. Dinis, que claramente irá acabá-la dentro em pouco tempo, as infraestruturas de abastecimento de água e saneamento são residuais, bastando ver que às portas da cidade de Loulé temos necessidades, carências nessa situação. Mas pergunta, provavelmente, o nosso concidadão, mas então se este Executivo recebeu mais 51.000.000,00€ que o anterior e obra não fez, onde é que aplicam o dinheiro? Esta é a questão, *one million dollar question*. Olhe, pois caro concidadão tenho-lhe a dizer que na realidade este Executivo investiu em desinvestir. Aquilo que temos ouvido ao longo destes 7 anos, ou seja, baixou a despesa de capital, até cortou na rubrica de investimento e subiu as despesas correntes, gastando grande parte do nosso dinheiro em recrutamento desmedido, não valorizando os recursos humanos existentes na Câmara Municipal de Loulé, que aqui muitas vezes denunciámos, e na distribuição claramente arbitrária, de subsídios, contratação de serviços, despesa essa que não contribuiu, claramente, em nada no desenvolvimento do Município de Loulé. Quando em média o Executivo do Partido Social Democrata nos últimos 6 anos despendeu em investimento cerca de 30.000.000,00€ por ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

veja-se, pasme-se, que este Executivo apenas despendeu em média o valor de 14.000.000,00€, praticamente metade do investimento que fez o Partido Social Democrata enquanto esteve na liderança da Câmara. Nós não estamos contra a capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Loulé, nós não estamos contra as necessidades das obras que vêm vinculadas pelo empréstimo, não faremos aquilo que o Partido Socialista fez em 2013 ao utilizar como cavalo de batalha, ou utilizar como medida política, o endividamento da Câmara Municipal de Loulé. Nós deixamos, obviamente, ao critério de quem governa essa capacidade, mas não servimos dessa política, digamos, baixa para poder cavalgar, para poder ganhar amplitude política e, nesse sentido, apesar de denunciarmos que na realidade há um despesismo enorme, digamos, uma utilização arbitrária da receita municipal, para fins que não deveriam ser utilizados, quando na realidade se devia ter aplicado em infraestruturas necessárias, saneamento básico, de escolas, de lares, de creches e de infraestruturas que têm na realidade capacidade de desenvolvimento económico e social. Este Executivo e o Partido Socialista utilizou esse dinheiro de uma forma arbitrária para pagar determinados favores e distribuir de alguma forma arbitrária os valores do erário municipal, e que a nosso ver achamos que não deviam ter sido por aí que deveria ter sido a oportunidade de investimento e agora sim, e bem, vêm a esta Assembleia para poderem ser aprovadas. Nesse sentido o nosso voto vai naquilo que achamos que em questões orçamentais e questões de natureza de condução da gestão dos dinheiros públicos, deve este Executivo ter toda a liberdade para os nomear e para os tornar executáveis ou prioritários, contudo, não deixaríamos nós, Partido Social Democrata, de uma forma construtiva deixar aqui a nota que, finalmente, se fez luz a este Executivo, esperemos é bem que não passem do papel e, tal como tenho dito aqui, não falo muitas palavras, mas falo mais ao coração dos louletanos.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que referiu que nas grandes opções do Plano e Orçamento para o ano 2021 estava definida a intenção do Executivo de proceder à contração de um empréstimo de 30.000.000,00€ para uma utilização prevista nos anos de 2021 e 2022 para financiar um Plano de Investimentos Municipal proposto como estímulo e fundamental para a recuperação económica das empresas e incentivo ao emprego com especial incidência nos setores da construção civil e indiretamente das imobiliárias através do investimento público, do qual, desde já, estamos em perfeito acordo. A Câmara submete agora para aprovação a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 34.000.000,00€. Todo o processo de consulta das entidades bancárias e a escolha do vencedor estão justificados. Aparentemente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tenho aqui umas dúvidas que gostaria que explicassem. Aparentemente a Caixa Geral de Depósitos apresenta juros mais baixos e isenta de encargos no processo. No entanto, também não percebemos como é que a entidade escolhida apresentou não um contrato de empréstimo, mas desdobrou em dois. Pergunto se esta condição fazia parte do concurso. A dívida após a contratação deste novo empréstimo ascenderá aos 56.700.000,00€ correspondente a 36% no limite estabelecido pela Lei da Dívida Municipal. Quando o saldo da gerência de 2020 ultrapassa os 50.000.000,00€ justifica-se o recurso a um empréstimo desta natureza?-----

Quanto à lista de investimentos englobados neste empréstimo. No total das 20 obras verificamos que a grande maioria dos investimentos referem-se a obras que transitam ao longo dos anos nos orçamentos camarários e com dotações consideráveis. Somente descobrimos novas obras, 2 escolas e não vemos nada relacionado com equipamentos sociais, nem para garantir as infraestruturas dos Planos de Pormenor em vigor e que a Câmara pretende manter. A grande fatia do investimento vai para vias de comunicação, outra parte para infraestruturas básicas, águas e saneamentos, e 2 obras para melhoramento de balneários de campos desportivos em Loulé e Quarteira. As opções são do PS, mas gostaríamos de saber sobre cada uma dessas obras qual é a sua posição atual. Existem projetos aprovados ou em curso? Quantas estão adjudicadas ou em fase de concurso? Nas obras de construção de estradas, a Câmara é dona dos terrenos ou com processos de recuperação em curso?-----

Pedi para intervir, o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que referiu que a sua intervenção vem na sequência da intervenção do Senhor Deputado Mário Botelho. Eu congratulando-o pelo discurso como foi feito que, aliás já é normal fazer esse discurso, congratulo-o pela forma como terminou, ou seja, apoiando, tanto quanto percebi, apoia e vota favoravelmente quer o financiamento, quer os investimentos. Congratulo-o por isso, meu caro, porque de facto "mais vale tarde do que nunca".-----

E aqui esta proposta tem um aspeto extremamente importante, ela vem numa altura, portanto, ela acaba também por ser uma resposta desta situação da pandemia, esta situação terrível da situação económica. Porque efetivamente, e é por isso que congratulou-o e dou os parabéns ao Executivo, porque se ao longo destes 2 anos forem desenvolvidos estes investimentos na ordem dos 62.000.000,00€, praticamente, este é um fator extremamente importante para o combate ao desemprego e, efetivamente, também de investimento público gerando atividade económica do concelho. Aliás, a maioria das obras, não digo as de Quarteira, mas as outras obras eventualmente empresas locais, ou seja,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



muitas empresas do nosso concelho de obras públicas têm cabimento, podem ser contratadas para executar as obras, podem concorrer e ganhar estes concursos. Portanto, tudo isto são instrumentos, não há dúvida que uma recuperação económica e o combate ao desemprego faz-se através, por um lado do investimento público, parte significativa do investimento público e, por outro lado, por força também do aumento de consumo desde que haja disponibilidade de rendimento familiar. Não há dúvida que é a estratégia neste momento adequada e, como eu digo, face à terrível situação económica que o nosso concelho, e não só, atravessa isto é uma resposta do poder local extremamente importante e determinante, até, em termos de alterar substancialmente as condições económicas e sociais do nosso concelho e isso é extremamente importante.-----

Por outro lado, outro aspeto também que o Senhor Deputado Carlos Martins referiu que é o desmembramento em dois. Fiz ao Senhor Vice-Presidente uma pergunta que eu também tenho essa dúvida e eu espero que ele responda. Se, efetivamente, aquela questão que eu perguntei e que estava implícito no fundo, o meu entendimento relativamente ao desdobramento, se o desdobramento implicar que no fundo não haja comissão de mobilização no segundo empréstimo enquanto não se esgotar o primeiro empréstimo, não há dúvida que é extremamente vantajoso e só por isso é que se justificará obviamente também um spread diferenciado entre o primeiro e o segundo. Referi que é a Câmara e a lista de investimentos associados no fundo ao financiamento contratado, há uma responsabilização total do Executivo Camarário para desenvolver neste período todos estes projetos, têm que ser desenvolvidos, têm que arrancar, sob pena de, efetivamente, haver incumprimento da deliberação que aqui foi tomada.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, frisando que tinha 2 dúvidas em relação a este empréstimo. Este empréstimo vai ser, não sei quem me pode responder, mas talvez o Partido Socialista possa dar tempo ao Executivo para responder. As dúvidas são porquê, não sei se esta pergunta é pertinente, para mim é, porquê fazer o empréstimo numa instituição particular e não numa pública, na Caixa Geral de Depósitos, sendo a Câmara um organismo de Estado fazia todo o sentido que o pedido se mantivesse no Estado.-----
O segundo, é se há ou não disponibilidade financeira de forma a que este empréstimo não fosse necessário agora, mas sim num tempo posterior. Eram basicamente estas duas perguntas que eu queria fazer porque esta proposta é triplamente ambígua, é como o totobola, é 1 x 2. A gente pode responder, se quiser ser político, vai ser politicamente correto. Se quiser ser transparente, honesto, será um x. E se quiser tirar proveitos políticos só para satisfazer o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

povo, então diria um 2.-----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que a intervenção do Senhor Deputado Mário Botelho fez-me aqui voltar atrás ao nosso programa eleitoral, que o tenho aqui e, de facto, acabo de confirmar que em 2013, tenho aqui o programa comigo, posso até mostrar, éramos todos muito mais jovens, e estas obras que aqui estão que o Senhor Deputado disse são as mesmas obras de 2013 que nós tínhamos prometido, eu sei que na altura eu até tive grande reserva em candidatar-me, em 2013, porque a Câmara tinha, de facto, um PAEL muito substantivo, de grande montante para pagar e não tinha como prometer obras, estávamos em plena crise, estávamos longe de saber que num tempo relativamente rápido a crise foi ultrapassada felizmente para todos nós e nós pudemos pagar essa dívida muito grande do PAEL, mas obras no nosso programa eleitoral de 2013, Senhor Deputado, praticamente não tínhamos nenhuma e muito menos, eu não vou adjetivar, mas nada nestas obras que estão aqui elencadas e associadas a este empréstimo que foi apresentado pelo Senhor Vice-Presidente, não, não são as mesmas obras porque na altura não tínhamos prometido praticamente obras nenhuma, tínhamos uma situação muito difícil, uma crise social muito profunda e uma crise económica em todo o mundo e nomeadamente também se refletiu no nosso país e naturalmente no concelho de Loulé. Portanto, Senhor Deputado, por favor, peço-lhe mais uma vez, eleve o nível do debate, não conte com a falta de memória das pessoas, nós hoje vivemos num tempo em que a informação todos os dias muda e é impossível, às vezes, lembrarmo-nos do par de sapatos que se comprou no mês passado quanto mais aquilo que se passou há 5, 10 anos e por aí fora. Portanto, Senhor Deputado, não é verdade, confronto-o categoricamente com a afirmação que acaba de fazer que estas são as mesmas obras que nós tínhamos prometido em 2013.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referindo que a parte mencionada pelo Deputado Mário Botelho sobre pagamento de favores não consegue responder. Sinceramente, não consigo responder e até digo mais, é por essa razão que pessoas da minha geração e eu próprio me sinto cada vez mais desgastado com estas afirmações e acabam por não pertencer à política, não querem saber da política e, sinceramente, intervenções destas aliadas àquilo que pessoalmente gosto muito de fazer, mas sinceramente desgasta, desgasta e a pessoa farta-se é o serviço público, mas serviço público com elevação. E, por isso, desta forma eu não consigo responder, sinceramente, só fico é desanimado, fico cada vez mais desalento em relação a toda a gente ou a algumas pessoas que ainda nos ouvem em casa ou até algumas que até estão a trabalhar, como algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

já me referiram e que estão completamente desapontadas com aquilo que foi referido aqui. Sinceramente não consigo responder, nem vou responder, não foi essa a educação que recebi e não é essa a vida que eu tenho. Relativamente à parte relacionada com os investimentos e aos mandatos do PSD. Os mandatos do PSD foram muito importantes no investimento público e saúdo aqui porque quem ganha com isso são as pessoas e o Município com essa capacidade de investimento é de salutar e dá orgulho de pertencer a este concelho do ponto de vista de ser cidadão, seja quem for que estiver à frente dos destinos desta Câmara com a capacidade financeira de investimento público dá gosto viver aqui, dá gosto trabalhar aqui e dá gosto de investir aqui e, portanto, agradecer também a todos os que no passado fizeram esse investimento público.-----

Até tinha aqui uma apresentação preparada mostrando que em 2013 há um pico, de facto, muito grande no passivo da Câmara Municipal de Loulé que qualquer pessoa, qualquer decisor do ponto de vista financeiro ou do ponto de vista económico teria que fazer as ações que fez, do ponto de vista do seu equilíbrio económico-financeiro. Não vale a pena andar para trás, esta é a justificação, os factos estão lá, os números estão lá.-----

Sobre a realização do empréstimo e aquilo que estamos a pedir a esta Assembleia de uma forma muito séria e de uma forma muito honesta é de que o orçamento que fizemos que é um orçamento real com uma quebra de receita ao nível do IMT, embora não muito substancial, mas moderada, leva-nos a que um conjunto de investimentos que tenhamos que fazer e para sustentabilidade económico-financeira da Câmara temos que solicitar este empréstimo para prever a médio e longo prazo o seu equilíbrio. Eu solicitava a esta Assembleia que aprovasse este empréstimo também para garantir o conjunto do investimento para os próximos dois anos como ele indica. Referir e dizer respetivamente e muito diretamente ao Deputado João Calçada Correia de facto, esta proposta é uma proposta altamente vantajosa por uma simples razão. Primeiro não coloca, e os Deputados podem ver que tem uma expressão que é inglesa, *floor zero*, que é basicamente dizer que a taxa se for abaixo de zero é contada como se fosse zero e isso é feito por toda a Banca, exceto o BPI. O BPI se as taxas foram negativas ele contabiliza-as a partir desse negativo e, portanto, é por isso que ela se torna mais vantajosa do ponto de vista da sua flexibilidade. Outra situação que é importante em relação à sua flexibilidade é a divisão em 2 tranches que está claramente garantida do ponto de vista legal porque o que está a ser contratualizado é o empréstimo de 34.000.000,00€ e por isso se ela fosse dividida em 2 tranches, em 3, em 4, em 5 ou em 6 não haveria qualquer problema pois estamos a falar da contração do empréstimo de 34.000.000,00€.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A Comissão de Abertura e a Comissão de Imobilização são cobradas a partir da utilização do primeiro empréstimo e a partir do segundo empréstimo é que é cobrado o restante, ou seja, não é só a Comissão de Imobilização, mas é também a Comissão de Abertura que é dividida em 2 pois o empréstimo está dividido em 2. Ele contabiliza sempre ao final de 2 anos, ou seja, mesmo que eu utilize a segunda tranche ao fim de 6 meses ele conta sempre no seu conjunto dos 2, 2 anos, porque ele é só 1 empréstimo, embora possa ser libertado em tranches conforme a situação. E penso que tenha respondido, eu sei que o meu colega Abílio Sousa gostaria de responder ao Senhor Deputado Carlos Martins pelo menos numa parte que é o estado de maturidade dos investimentos que estão associados ao empréstimo.

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vereador Abílio Sousa**, referindo que gostaria apenas de fazer uma pequena ressalva em relação ao Deputado Mário Botelho, peço só às pessoas que nos estão a ouvir e que normalmente são assíduas a ver as Assembleias, façam comparações, que há gravações, da intervenção do Senhor Deputado Mário Botelho faz constantemente referente ao pessoal da Câmara para ver quão contraditório nas suas afirmações que é conforme a ocasião, assim faz a intervenção.

Em relação ao Deputado Carlos Martins queria dizer que todas as situações de construção de rede viária ou é propriedade da Câmara ou é de cedência ou é de expropriação. Em relação aos projetos todos eles estão num estado, direi 80% dos projetos que aqui estão, estão quase todos em fase de revisão de projeto. Ou seja, estão numa fase muito avançada, muito próximo do procedimento concursal público em alguns deles, e outros, talvez, internacional, talvez a rede de abastecimento de esgotos de Vale Telheiro.

Para uma intervenção, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que questionou o Senhor Vice-Presidente, se a Câmara Municipal de Loulé até ao final do ano prevê fazer algum novo pedido de empréstimo de montante substancial. E esta questão levanta-se, porque não vejo e prevejo para já, que não há verba para habitação social, por exemplo, para os contratos. O problema que eu estou aqui a levantar tem a ver com a capacidade que a Câmara efetivamente tem, este é um primeiro empréstimo e provavelmente até ao final do ano vão ser necessários mais empréstimos. É assim ou não é, Senhor Vice-Presidente?

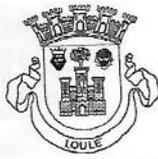
Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que respondeu inicialmente ao Senhor Presidente da Câmara. Vou passar aqui este documento que espero que o Senhor Presidente consiga ver. Eu creio que o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Presidente reconhece a personagem que está aqui neste documento que diz "Continuar a servir as pessoas, continuar a servir as pessoas, Vítor Aleixo, 2017", que já devia estar concluído, e diz assim na segunda página diz "eixo 1, vai continuar a rede de esgotos e saneamento básico em todo o território", não cumpriu; "finalizar a rede de lares para idosos no concelho de Loulé", não cumpriu; "habitação, concluir o processo dos pavilhões de Almancil e Quarteira", não concluiu; "concluir a construção da Circular Norte", não concluiu; "construir o espaço cultural de Quarteira", não concluiu. E podia, certamente, ir por aí adiante e conseguir descortinar um pouco no seu programa, aquilo que o senhor não concluiu que se calhar foi em 70 a 80%. E eu pergunto Senhor Presidente da Câmara, eu acredito que as verdades custam a ouvir, na realidade as verdades custam a ouvir, especialmente quando há uma promessa eleitoral, se ganha com essa promessa eleitoral de uma forma significativa e que por fim não se cumpram as promessas tal e qual para o que foram sufragados e pelo qual foram eleitos. Mas isso não é problema nosso. Agora o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente como damas ofendidas, não se venham ofender porque na realidade quem se colocou nesta posição foram os Senhores ao não cumprir as promessas eleitorais. Nós fomos eleitos da mesma forma que os senhores foram, os senhores foram eleitos para cumprir e nós fomos para os escrutinar e se os senhores não querem ser escrutinados não venham para a política, não venham para cargos públicos, agora não venham, por favor, vitimizar-se pois essa não cola. Senhor Vice-Presidente essa não cola.-----

Pedi para intervir, o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que referiu que as suas duas questões vão diretamente ao Senhor Presidente, ao seu Executivo, naturalmente fazendo o histórico da execução dos diversos orçamentos onde foram incluídas praticamente quase todas estas propostas de obra em quase todos os orçamentos com as rúbricas financeiras com financiamento significativo no valor de alguns milhões, mas na verdade o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo não foram capazes de executar mais do que 50% do orçamento proposto. Ou seja, em regra, o Senhor Presidente da Câmara propõe, faz muito trabalho, esforça-se muito, mas não executa. Tem as disponibilidades financeiras, arrecadou muito dinheiro aos cidadãos, mas depois não executa os orçamentos. O que é que nos levará a nós agora pensar que mudaram, que mudou alguma coisa, o que é que mudou? Não muda nada porque o Presidente é o mesmo, naturalmente, as propostas continuam a ser as mesmas. O que quer o Senhor Presidente é mais dinheiro. Oh, Senhor Presidente, então decorridos 800.000.000,00€, 800.000.000,00€, 8 anos, o senhor não teve tempo para executar obra? Então o senhor andou com a ladainha da dívida durante anos, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

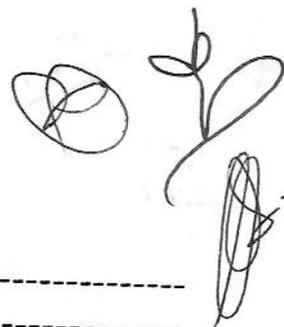
massacrar os cidadãos, a dizer que tinha uma dívida astronómica que não conseguia pagar, que a Câmara não tinha meios, que estava numa situação de pauperada quando afinal decorridos 2 anos já tinha excedente financeiro orçamental. Oh, Senhor Presidente, por favor, o senhor não merece, na minha opinião, um voto favorável nesta matéria, na verdade não merece porque o Senhor andou-nos a faltar aqui à verdade relativamente aos orçamentos. Orçamentalmente, do ponto de vista orçamental, o senhor não foi capaz de ser sincero, aliás, em regras os orçamentos não passam os 50%. Mas o que é que mudou? Senhor Presidente não pode ter aqui um cheque em branco de cerca de 40.000.000,00€ para reforçar mais as suas ousadias para aumentar a despesa corrente. O Senhor Vice-Presidente tem de saber que não pode valer tudo, com todo o devido respeito, terei por si, pelo Senhor Presidente, que têm tido, certamente, um grande esforço, o problema é que não executam obra. É preciso muito mais. Têm, sim, aumentado a despesa corrente com muitos recursos e têm o maior descalabro que há memória no departamento de Urbanismo com situações gravíssimas de investigação criminal e de denúncias nessa matéria. Mas não é, atenção, sem nenhuma acusação pessoal a ninguém, não se trata disso, trata-se apenas de alguns cidadãos que se sentiram lesados e fizeram as denúncias, mas do ponto de vista estratégico a nível orçamental que é o que está aqui em causa os senhores não executaram aquilo que prometeram. Não podem agora querer um voto em branco da nossa parte novamente. Cheques em branco já não pode ter.---

Respondeu o Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que se dirigiu ao Senhor Deputado Mário Botelho que isto não é uma questão de damas ofendidas, não seria de eu não conseguir aquilo que queria, aqui é mesmo o caso que referiu pagamento de favores. Referiu sim, está gravado, eu até registei aqui a frase e não vou discutir essa matéria porque eu não consigo, a sério.-----

Sobre a mesma honestidade que apresento isto referir ao Senhor Deputado Seruca Emídio que está em análise porque tem a ver com um conjunto de situações nomeadamente o aumento que foi hoje noticiado pelo Ministro Pedro Nuno Santos, provavelmente, a comparticipação a 100% daquilo que são os custos de habitação de primeiro direito e, portanto, em relação à renda acessível, em relação à acessibilidade poderá haver a necessidade de alguma contração de empréstimo, se estiver em causa esse equilíbrio, mas será sempre numa análise daquilo que nós fazemos agora que são também os apoios do Governo nesta área. Mas se houver essa necessidade poderá ter que existir. Essa é a verdade, mas nunca porá em causa este limite que temos que é um limite que no final do ano não ultrapasse e fique abaixo dos 35% do ponto de vista daquilo que é o endividamento. Portanto, de uma forma muito direta, é isso que poderá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

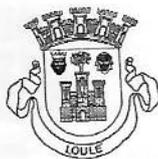


acontecer.-----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que apenas gostaria de reafirmar ao Senhor Deputado Mário Botelho que aquilo que disse é que as mesmas obras que tínhamos prometido em 2013 são aquelas que estão aqui elencadas, associadas a este pedido de contração de empréstimo e eu reafirmo que isso não é verdade. O Senhor vem depois mostrar o programa de 2017, 4 anos depois, essa é outra questão. E o que lhe posso dizer é que algumas obras se atrasaram, mas temos os projetos feitos, vão ser abertos concursos e que as coisas andaram. Não andaram à velocidade que nós queríamos, mas nós estamos a fazer. E dê uma volta pelo concelho, olhe aí em Vilamoura, lembra-se quando nós chegamos à Câmara o que é que estava feito na marginal? Vá lá agora, vá agora, dê uma volta por Vilamoura, veja a diferença. Vá à freguesia de Almancil e veja o que é que está lá feito, ainda há bocado aqui falamos, o passadiço. Enfim, eu não vou aqui enumerar porque são tantas, tantas, até no saneamento básico. São tantos os investimentos públicos que foram feitos nestes anos e que estamos agora, também, a lançar concursos de alguns projetos que em alguns casos se atrasaram com pareceres, com concursos que ficaram desertos, nomeadamente, com o pavilhão que falou aqui há bocadinho de Quarteira, que não cumprimos, ficou o concurso deserto. Se você for ali a Faro há concursos que foram 4 vezes abertos e ficaram desertos, isso aconteceu por todo o país. Esta questão da pandemia também não ajudou nada, complicou-nos muito. Para além de um novo código de contratação pública veio também introduzir muita complexidade, Senhor Deputado, entre o momento em que nós fazemos um projeto, lançamos a obra e conseguimos arrancar a obra, tudo isto nos últimos anos ficou mais difícil. E, portanto, quando nós fazemos uma crítica honesta, nós devemos levar isso em consideração, não devemos escamotear isto às pessoas porque como disse o Vice-Presidente este nível de debate político que nós temos travado aqui nos últimos 4 anos há um grau tão próximo do zero é isto que leva muita gente a desacreditar da política. E olhe que quando a política democrática for desacreditada não contem com nada de bom, porque o que vai vir é depois muito mais complicado e muito mais triste, podem disso ter a certeza.-----

Passou-se às votações;-----

d)- **Proposta 03/2021 - Deliberação relativa à Aprovação da Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 34.000.000,00€, com o Banco BPI, nos termos definidos no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual, conjugado com a alínea f) do n.º1 do artigo 25.º da**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na versão atual [Proposta da Câmara Municipal n.º 216-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 8 abstenções, 7 do PSD e 1 do CDS.

e)- Proposta 04/2021- Deliberação relativa à Lista de Investimentos - Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 34.000,000,00€ (trinta e quatro milhões de euros), nos termos definidos no n.º 2 do artigo 51.ºç da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 215-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 8 abstenções, 7 do PSD e 1 do CDS.

Passou-se aos pontos seguintes;

f)- Proposta 05/2021- Deliberação relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 148-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

g)- Proposta 06/2021- Deliberação relativa a Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 177-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

Foi proposta a alteração da Ordem de Trabalhos, passando a alínea h) para a alínea para o lugar da alínea f)); proposta aprovada por unanimidade.

Esgotado o tempo regimental, as restantes alíneas da Ordem de Trabalhos, passaram para uma próxima sessão.

À 1.00 h, foi terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

João Consequo

Voto de Pesar

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta publicamente o profundo pesar pelo falecimento do Dr. João Barros Madeira, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2021. Contava 86 anos de idade.

João Barros Madeira nasceu em Loulé, em 1934 e licenciou-se em Medicina, em 1962, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Como médico, iniciou a sua vida profissional em Loulé, no Hospital da Misericórdia. Foi diretor do Centro de Saúde desta cidade, membro do Conselho de Administração da Administração Regional de Saúde do Algarve, e terminou a sua carreira profissional como Diretor do Hospital de Faro. Exerceu igualmente medicina privada e colaborou com empresas deste concelho.

Enquanto estudante em Coimbra, envolveu-se nas lutas estudantis tendo feito parte das listas que ganharam as eleições para a Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra em 1960 e 1961. Pertenceu ao Orfeão Académico e fez parte da Tuna Académica de Coimbra, organismos autónomos da Associação Académica. João Barros Madeira tinha uma aptidão natural para o fado de Coimbra, tendo gravado alguns discos de fado e baladas. São dele algumas das interpretações mais notáveis da canção coimbrã como “Senhora partem tão tristes”, “Fado da Ansiedade”, “Último Fado”, “Olhos Verdes” ou “Balada” (Adeus Adeus, vou partir).

Para além de ter sido um ilustre médico louletano, foi também Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loulé em 1974-75, em pleno período revolucionário e no momento de transição para a democracia e Deputado da República, eleito em outubro de 1985 pelo PRD.

Desenvolveu grande atividade no associativismo desportivo, tendo sido Presidente do Louletano Desportos Clube, por duas vezes, e durante vários anos presidiu à comissão organizadora do Carnaval de Loulé. Mas foi na columbofilia que a sua ação associativa mais se fez notar, cujo vício remontava aos tempos da sua vida estudantil no Liceu de Faro, em finais da década de 40 e início da década de 50. Com efeito, foi Presidente da Comissão Columbófila do Distrito de Faro, sócio nº1 e fundador da Sociedade Columbófila Louletana, Vice-Presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Columbofilia. Ainda nesta modalidade, foi o primeiro português a ocupar um cargo na vice-presidência da Federação Columbófila Internacional.

O Dr. Barros Madeira era um Homem bom, democrata, culto e lutador pela liberdade, muitas vezes reservado mas não dispensava a sua presença na tertúlia do Café Delfim. Por motivo de saúde, nos últimos anos, manteve-se mais reservado.

Em 2014, foi agraciado pela autarquia, tendo-lhe sido atribuída a Medalha de Ouro do Município, conjuntamente com os restantes membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loulé

A Assembleia Municipal de Loulé, reunida no dia 26 de fevereiro delibera:

- a) Prestar homenagem ao cidadão Dr. João Barros Madeira, recentemente falecido, como um verdadeiro exemplo de dedicação ao bem-estar público e à liberdade, com esta perda o concelho de Loulé fica mais pobre, pois é uma parte de si que se perde, ficando para sempre na memória dos louletanos recordações do seu percurso de vida exemplar.
- b) Endereçar à Família e aos Amigos do Dr. Barros Madeira as mais sinceras e sentidas condolências;
- c) Recomendar à Câmara Municipal para que seja atribuído o nome de uma rua em zona nobre da cidade de Loulé para perpetuar a memória do Dr João Barros Madeira, Médico e Democrata.

Loulé, 26 de Fevereiro de 2021
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda
Carlos José da Silva Martins

Voto de Pauta

A Assembleia Municipal de Loulé manifestou publicamente o seu apoio ao candidato a Vereador Municipal, Sr. João de Deus, no dia 21 de Junho de 1977. Este voto foi dado por unanimidade.

Este voto foi dado por unanimidade no dia 21 de Junho de 1977, pelo Conselho Municipal de Loulé, em sessão pública, tendo sido lido e discutido o parecer do Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e tendo sido aprovada a seguinte resolução: "O Conselho Municipal de Loulé manifesta o seu apoio ao Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e solicita a sua nomeação para Vereador Municipal".

Este voto foi dado por unanimidade no dia 21 de Junho de 1977, pelo Conselho Municipal de Loulé, em sessão pública, tendo sido lido e discutido o parecer do Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e tendo sido aprovada a seguinte resolução: "O Conselho Municipal de Loulé manifesta o seu apoio ao Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e solicita a sua nomeação para Vereador Municipal".

Este voto foi dado por unanimidade no dia 21 de Junho de 1977, pelo Conselho Municipal de Loulé, em sessão pública, tendo sido lido e discutido o parecer do Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e tendo sido aprovada a seguinte resolução: "O Conselho Municipal de Loulé manifesta o seu apoio ao Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e solicita a sua nomeação para Vereador Municipal".

Este voto foi dado por unanimidade no dia 21 de Junho de 1977, pelo Conselho Municipal de Loulé, em sessão pública, tendo sido lido e discutido o parecer do Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e tendo sido aprovada a seguinte resolução: "O Conselho Municipal de Loulé manifesta o seu apoio ao Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e solicita a sua nomeação para Vereador Municipal".

Este voto foi dado por unanimidade no dia 21 de Junho de 1977, pelo Conselho Municipal de Loulé, em sessão pública, tendo sido lido e discutido o parecer do Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e tendo sido aprovada a seguinte resolução: "O Conselho Municipal de Loulé manifesta o seu apoio ao Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e solicita a sua nomeação para Vereador Municipal".

Este voto foi dado por unanimidade no dia 21 de Junho de 1977, pelo Conselho Municipal de Loulé, em sessão pública, tendo sido lido e discutido o parecer do Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e tendo sido aprovada a seguinte resolução: "O Conselho Municipal de Loulé manifesta o seu apoio ao Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e solicita a sua nomeação para Vereador Municipal".

Este voto foi dado por unanimidade no dia 21 de Junho de 1977, pelo Conselho Municipal de Loulé, em sessão pública, tendo sido lido e discutido o parecer do Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e tendo sido aprovada a seguinte resolução: "O Conselho Municipal de Loulé manifesta o seu apoio ao Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e solicita a sua nomeação para Vereador Municipal".

Este voto foi dado por unanimidade no dia 21 de Junho de 1977, pelo Conselho Municipal de Loulé, em sessão pública, tendo sido lido e discutido o parecer do Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e tendo sido aprovada a seguinte resolução: "O Conselho Municipal de Loulé manifesta o seu apoio ao Sr. João de Deus, Vereador Municipal, e solicita a sua nomeação para Vereador Municipal".

Loulé, 21 de Junho de 1977.
João de Deus, Vereador Municipal.
Câmara Municipal de Loulé.